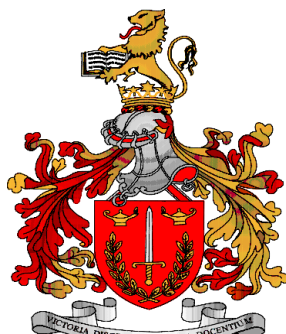


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Hugo Filipe Sousa Pereira**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Grandes eventos de cariz político:**

A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

Orientadora:

**Prof<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais**

Lisboa, 26 de Abril de 2012



**Hugo Filipe Sousa Pereira**

# **Grandes eventos de cariz político:**

A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna  
com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação  
da Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais.

## AGRADECIMENTOS

O trabalho que agora findo simboliza o culminar da mais importante fase académica, bem como pessoal do quarto de século que leva a minha vida. Os cinco anos passados no ISCP SI caracterizam-se, fundamentalmente, por momentos peçados de alegrias inolvidáveis que superam largamente os momentos menos bons. Como tal cumpre-me, nesta altura, agradecer a todos os que possibilitaram e contribuíram para este percurso.

A ti, Mãe, por todo carinho, compreensão, dedicação e amor. Foste, és e serás sempre a luz que me alumia e a ti devo tudo o que sou hoje. A reciprocidade do meu afecto implica que tudo o que faça seja para poder ver um sorriso teu. A ti dedico este trabalho.

A ti, Pai, pelo amor, abnegação, preocupação e incansável apoio que sempre me dedicaste. Também a ti devo muito do homem que me tornei.

A ti, Tiago Ferreira da Silva, pela irmandade, mais forte que sangue, que nos une. Obrigado por todos os momentos, alegrias, gargalhadas e muito mais que ao longo destes 20 anos me proporcionaste. É um privilégio poder chamar-te de amigo.

A ti, Hugo Figueiredo, pela amizade, companheirismo e comicidade com que me alegraste durante estes cinco anos. É com certeza que te intitulo de “amigo para a vida”.

A ti, João Silva, pela amizade, disponibilidade e camaradagem patenteadas ao longo do curso. A tua ponderação e sobriedade fazem de ti um amigo com que poderei sempre contar.

Ao XXIV CFOP, com quem partilhei os últimos cinco anos e do qual me orgulho ser parte integrante. Trata-se de um curso *suis generis* que, indubitavelmente, ficará na história desta *mui* nobre casa. Um especial agradecimento ao Adelino Sousa, Márcio Romana, Manuel Fernandes, Rafael Martins, Fábio Mota, Tiago Sales e Hugo Abreu, pela amizade e camaradagem com que me agraciaram.

Aos Subcomissários Luís Miranda e Hugo Rocha, pelos ensinamentos que tão abnegadamente me transmitiram e que constituirão, inequivocamente, as fundações do meu futuro profissional.

Grandes eventos de cariz político:  
A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

---

Ao Sr. Mário Caetano, jornalista da Lusa, pelo auxílio e disponibilidade demonstradas, e a quem devo muito na realização deste trabalho.

Ao ISCPSI, na figura da docência, corpo de alunos e quadro orgânico pelos excelentes cinco anos com que me presentearam, bem como pelo contributo incontestável que exerceram na minha formação profissional e pessoal.

Aos meus familiares institucionais, leia-se, à família dos terceiros, que abraça também, orgulhosamente, os vigésimos quintos. Obrigado pelo apoio, dedicação e auxílio.

A todos os meus familiares e amigos que embora não estejam aqui referidos, são pedra basilar na minha existência, configurando-se, ontem, hoje e sempre como um sustentáculo primordial para cada passo que dou.

Finalmente, e mais importante, à Prof<sup>a</sup> Doutora Lúcia Pais pelo extraordinário empenho com que abraçou este projecto, bem como pela dedicação e imensurável disponibilidade com que me orientou do primeiro ao último dia e, ainda, à coadjuvação do Sr. Subintendente Felgueiras cuja experiência e concelhos se revelaram, sobremaneira, profícuos. A vós, o meu profundo obrigado.

A todos, o meu sincero agradecimento e um bem-haja.

## RESUMO

A influência dos conteúdos produzidos pelos órgãos de comunicação social (OCS) sobre o comportamento humano tem gerado intenso debate. Os OCS criam realidades e levam à partilha de códigos e representações sobre temas tidos como socialmente relevantes, podendo interferir na legitimidade percebida do poder instituído ao fazer eco dos significados de ordem e desordem social. Importa, pois, considerar a influência (indirecta) que os OCS exercem na formação da percepção das pessoas relativamente às instituições do sistema social, também elas estratégicas na sociedade, como é o caso da Polícia. Através duma abordagem qualitativa procura-se, analisando o conteúdo das notícias da Agência Lusa, agência noticiosa portuguesa, sobre o policiamento de grandes eventos de índole política, aceder a uma expressão de como esta realidade se constitui no seio de um discurso específico que é, para muitos, a única maneira de contactarem com estes temas e acontecimentos; e, destacar os esquemas interpretativos que são emitidos para toda a sociedade fornecendo grelhas de compreensibilidade.

**Palavras-chave:** *mass media*; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos.

## **ABSTRACT**

The influence of the contents produced by the media concerning human behaviour, has created intense debate. The media create realities and lead to sharing codes and representation about themes thought to be socially relevant, can interfere in understood authenticity of the established power making echo of social order and disorder's meaning. It is important to consider the influences of the media in shaping the perception of individuals with regard to the social system's institutions, them to strategic in society, as the case of the Police. Using a qualitative approach, we try by analysing the content of news broadcasted by Lusa Agency, portuguese news agency, about policing in major events of political nature, to get to an expression about how this reality develops inside a specific speech which is for many the only way to get in touch with these themes and events and point out the interpretative schemes which are issued to all society giving understanding broiler.

Key-words: mass media; media; police; policing; major events.

## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	1
<b>I. Enquadramento teórico do problema de investigação</b> .....	4
1. Comunicação e os efeitos da comunicação de massas .....	4
1.1 Comunicação .....	4
1.2. Comunicação de Massas .....	7
1.3. Meios de Comunicação de Massas .....	8
1.4. Teorias da Comunicação de Massas .....	9
1.4.1. A Sociedade de Massas .....	10
1.4.2. Teoria Hipodérmica.....	11
1.4.3 Abordagem empírico-experimental ou da persuasão .....	13
1.4.4. Abordagem empírica de campo ou “dos efeitos limitados” .....	19
1.4.5. Teoria do <i>agenda-setting</i> .....	23
1.4.6. Teoria do <i>gatekeeper</i> .....	28
1.5. A notícia.....	30
1.6. Agências noticiosas: a agência Lusa.....	31
2. Polícia .....	33
2.1 Perspectiva orgânica e funcional: caracterização, missão e actividade .....	33
2.2 A actuação policial em grandes eventos de índole política .....	37
3. Problemática de investigação .....	39
<b>II. Método</b> .....	41
1. Uma abordagem qualitativa.....	41
2. <i>Corpus</i> .....	42
3. Instrumento: Análise de Conteúdo .....	42
4. Procedimento: a pesquisa documental.....	47
<b>III. Apresentação, análise e discussão dos resultados</b> .....	49
1. Análise qualitativa e discussão da actuação policial em grandes eventos políticos nas notícias da Lusa .....	49
1.1. Visão geral .....	49
1.2. Origem da informação .....	50
1.3 O evento e os discursos relativos ao evento.....	53
1.4. A subjectividade nas notícias.....	56
<b>IV. Conclusão</b> .....	58
<b>Referências</b> .....	63

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

ANEXO 1 – Manual de codificação.....	71
ANEXO 2 – Distribuição temporal das notícias.....	79
ANEXO 3 – Grelha categorial.....	80
ANEXO 4 – Distribuição das unidades de registo pelas notícias.....	81
ANEXO 5 – Distribuição das unidades de registo pelas categorias.....	85



## Introdução

O mundo é hodiernamente uma “aldeia global”, trata-se de uma época de informação livre e célere em que a transmissão de informação, leia-se, comunicação, influencia, substancialmente, comportamentos individuais e institucionais. É a denominada Era do Conhecimento e da Informação, onde esta última “assume uma importância central enquanto vector estruturante de um conjunto plural de domínios socioculturais, económicos e políticos” (Oliveira, Cardoso, & Barreiro, cit. in Moura, 2010, p. 3).

A PSP enquanto instituição ao serviço do cidadão está, indubitavelmente, associada a esta problemática sendo imperativo garantir um ideário favorável dos momentos, realidades e actuações adstritas à actividade policial perante a opinião pública, como forma legitimação social, legitimação essa que se impõe a qualquer instituição de carácter público e que no caso da Polícia é trave mestra para que possa, à luz do disposto no Art.º 272, nº1 da CRP, “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, entenda-se, para que seja “capaz de promover e garantir, em níveis aceitáveis, a segurança dos cidadãos e dos seus bens” (Valente, 2009, p. 95).

Este trabalho insere-se no âmbito de uma linha de investigação cujo âmago é perceber de que forma os Órgãos de Comunicação Social (OCS) percebem a actividade policial, mormente, em grandes eventos políticos. Conquanto o tema da influência dos *media* tenha sido já debatido, atribuindo o enfoque à actuação policial em grandes eventos de cariz político, abordaremos uma temática que carece de desenvolvimento, com o intuito de analisar e caracterizar o discurso dos *media*, bem como discernir se os OCS podem, ainda que indirectamente, influir na percepção do público da actividade policial.

Relativamente a este estudo, especificamente, procuramos mediante análise do conteúdo noticioso, difundido pela Agência Lusa, atinente à actuação policial em grandes eventos de natureza política, ilustrar a expressão de como esta realidade se constitui no seio de um discurso particular como é o jornalismo de agência. Não podemos olvidar que essas notícias se constituirão como pedra basilar na edificação noticiosa dos restantes meios de comunicação social sendo estes, para muitos, a única forma de contactarem com os temas e acontecimentos por nós considerados, podendo os *media* estar na génese da realidade social que as pessoas percebem (Tuchman, 1993). Le Bon (cit. in Serra, 2007, p. 148) sugeriu na sua concepção da “era das multidões” que a “grande maioria das

nossas opiniões e crenças, políticas, religiosas e sociais são o resultado de sugestões” tendo os *media* um papel de destaque nesta tarefa.

Assim, constituíram-se os seguintes objectivos de pesquisa:

- Analisar e caracterizar o discurso da Agência Lusa no que concerne à actuação policial em grandes eventos políticos;
- Perceber os esquemas interpretativos das notícias emanadas pela Agência Lusa fornecendo grelhas de compreensibilidade das mesmas;
- Percepcionar a existência do fenómeno de *agenda-setting*, entenda-se, a presença de um agendamento das notícias.

Posto isto, importa escrutinar, sinteticamente, de que forma se estrutura o nosso trabalho. Por conseguinte, a primeira parte diz respeito ao enquadramento teórico do problema de investigação, onde se intenta, partindo do geral para o particular, explicar o que é a comunicação, os meios de comunicação de massas. No séquito da exposição atinente à sociedade de massas, aludimos às principais teorias da comunicação, leia-se, teoria hipodérmica, abordagem da persuasão, abordagem dos “efeitos limitados”, teoria do *agenda-setting* e teoria do *gatekeeper*. Posteriormente discurremos quanto à notícia como forma de conhecimento e, finalmente, sobre a Agência Lusa. Finalizamos o capítulo caracterizando a Polícia na sua perspectiva orgânica e funcional, bem como sua actuação em matéria de grandes eventos políticos.

Como sabemos, conhecimento é poder. Assim, em nossa opinião, o conhecimento das teorias da comunicação e da notícia, bem como dos processos de produção noticiosa, revela-se inquestionavelmente profícuo para quem tem, no quadro das suas missões e atribuições, contacto permanente com os *media* como é o caso da PSP.

Por sua vez, na segunda parte, é descrito o método utilizado. Neste trabalho empregámos uma abordagem qualitativa, todavia, existindo inúmeras estratégias a utilizar neste tipo de abordagem, optou-se pela análise de conteúdo de fontes documentais, o que facilmente se justifica pelo *corpus* de análise, ou seja, conjunto de materiais que se tomará para analisar, que neste estudo em específico se constitui das notícias emanadas pela Agência Lusa concernentes à actuação policial em grandes eventos de índole política, bem como pelos objectivos e questões de investigação que pretendíamos ver respondidas. Quanto ao instrumento de análise, baseou-se na constituição de grelhas de análise que nos

permitiram agrupar a informação por categorias e respectivas subcategorias, respeitando determinadas regras de codificação, e *a posteriori*, contabilizando as unidades de registo, inferir quanto a prevalências<sup>1</sup> no discurso do conteúdo noticioso da Lusa. Por último, apresentamos todos os procedimentos desenvolvidos ao longo da investigação.

Os resultados obtidos são apresentados, analisados e discutidos no terceiro capítulo, percepcionando, ou não, a existência das prevalências no discurso que pretendemos estudar.

Finalmente, na quarta parte, com base nos resultados alcançados, são apresentadas as conclusões e reflexões finais.

---

<sup>1</sup> Por prevalências entenda-se aquilo a que os jornalistas da Lusa atribuem maior enfoque quando noticiam sobre a actuação policial em grandes eventos políticos. Se ao evento, aos manifestantes ou à Polícia; a quem dão voz, quer em discurso directo como em indirecto, bem como que instâncias são referidas no conteúdo noticioso atinente aos acontecimentos estudados, além disso, objectiva-se, também, percepcionar a existência, ou não, de subjectividade nas notícias.

## I. Enquadramento teórico do problema de investigação

### 1. Comunicação e os efeitos da comunicação de massas

#### 1.1 Comunicação

Inúmeros autores procuraram definir comunicação, todavia, explanar este conceito revela-se, sobremaneira, complexo, pois se pensarmos, realmente, no que é comunicação percebemos que “é falarmos uns com os outros, é a televisão, é divulgar informação, é o nosso penteado, é a crítica literária: a lista é interminável” (Fiske, 1993, p. 13). A comunicação pode ser tratada seguindo diferentes abordagens, daí que não seja considerada um objecto de estudo no sentido convencional tal é multidisciplinaridade que lhe está adjacente. Ciências tão díspares como “a filosofia, a história, a geografia, a psicologia, a sociologia, a etnologia, a economia, as ciências políticas, a biologia, a cibernética ou as ciências cognitivas” (Mattelart & Mattelart, 1997, p. 7) atribuíram enfoque ao fenómeno da comunicação.

Desta forma, segundo Fiske (1993), uns dos autores hodiernos mais conceituados sobre esta matéria, é possível estudar-se a comunicação, contudo, é necessário ter em conta múltiplas abordagens disciplinares para o fazer. O autor refere três premissas fundamentais no estudo da comunicação. A primeira diz-nos que a comunicação se constitui de signos e códigos, sendo os signos artefactos ou actos que aludem a algo que não a si mesmos, entenda-se, são construções significantes. Quanto aos códigos, tratam-se dos sistemas onde os signos se estruturam e que circunscrevem a maneira dos signos se relacionarem uns com os outros. Seguidamente, o autor menciona que os signos e códigos são transmitidos ou disponibilizados a outros, e que transmiti-los ou recebê-los é a prática das relações sociais. Em terceiro lugar, sublinha a importância da comunicação para a existência de cultura, aludindo à imperatividade de se atentar à cultura onde se integra a comunicação para ser viável o seu estudo.

Assim, adstrita a estes pressupostos, podemos aceitar uma definição genérica de comunicação como “interacção social através da mensagem” (Gerbner, cit. in McQuail, 2003, p. 14). Percebe-se, então, que uma possível caracterização da comunicação pode ser a forma como as pessoas se relacionam entre si, partilhando experiências, ideários, sentimentos, informação, modificando de alguma maneira, com este processo, o meio em que se inserem e as próprias relações interpessoais.

Por outras palavras, a comunicação é “um processo constante e rotativo de «interacções», sendo seu instrumento principal a «linguagem», ou seja a «acumulação das experiências humanas simbolizadas», não obstante se poder transmitir a muitos níveis, por muitas razões e de muitas formas (gestos, expressões faciais, olhares, movimentos de braços e de mãos, bater de tambores, sinais de fumo, de luz e de bandeiras, etc.)” (Castro, 1972, pp. 8-9).

Fiske (1993) discorre também quanto à existência de duas principais escolas no estudo da comunicação. A primeira, denominada escola processual “vê a comunicação como *transmissão de mensagens*. Estuda o modo como os emissores e os receptores codificam e descodificam, o modo como os transmissores usam os canais e os meios de comunicação. Estuda assuntos como a eficácia e exactidão. Vê a comunicação como um processo pelo qual uma pessoa afecta o comportamento ou o estado de espírito de outra. Quando o efeito é diferente ou menor do que aquele que se pretendia, esta escola tende a falar em termos de fracasso de comunicação e a analisar os estádios do processo para descobrir onde é que a falha ocorreu” (Fiske, 1993, p. 14, *italico do autor*).

No que concerne à segunda escola, denomina-se de semiótica e estuda os signos e significados. Esta escola “vê a comunicação como uma *produção e troca de significados*. Estuda como as mensagens, ou textos, interagem com as pessoas de modo a produzir significados, ou seja, estuda o papel dos textos na nossa cultura. Usa termos como significação, e não considera que os mal-entendidos sejam necessariamente evidência de fracasso de comunicação – eles podem resultar de diferenças culturais entre emissor e receptor” (Fiske, 1993, p. 14, *italico do autor*).

Outro dos pontos dissonantes destas duas escolas consiste no entendimento do que é uma mensagem, por conseguinte, para a escola processual a mensagem trata-se daquilo que é transmitido pelo processo de comunicação, tendo como pedra basilar a existência de intenção para se definir o que é, ou não, uma mensagem. Isto é, só se considera uma mensagem o que for recuperável mediante análise, independentemente da intenção do emissor ser “explícita ou implícita, consciente ou inconsciente” (Fiske, 1993, pp. 15-16).

Ideia distinta defende a escola da semiótica para a qual o emissor pouco releva, a mensagem é uma composição de signos que, ao interagirem com os receptores, originam significados, ou seja, o destaque é atribuído ao texto e para a maneira como este é “lido”. Ler é o “processo de descobrir significados que ocorre quando o leitor interage ou negocia com o texto” (Fiske, 1993, p. 16). Ora, esta negociação ocorre quando o leitor engloba vivências/experiências culturais e as interliga com os códigos e signos que constituem o

texto. Por conseguinte, receptores, entenda-se, leitores de culturas distintas, ou com experiências sociais díspares, podem, perante o mesmo texto, imputar-lhe diferentes significados. Não obstante, contrariamente ao defendido pela escola processual, esta diferente interpretação da mensagem não implica necessariamente um insucesso da comunicação.

Assim, percebe-se que a definição geral de comunicação, leia-se, a interacção social através de mensagens, é interpretada de forma singular por ambas as escolas. A processual considera a interacção social como “o processo pelo qual uma pessoa se relaciona com outras ou afecta o comportamento, estado de espírito ou reacção emocional de outra e, é claro, vice-versa” (Fiske, 1993, p. 15), sendo esta também a conotação que lhe atribuímos comumente. Por outro lado, a escola semiótica caracteriza a interacção social como aquilo que filia o indivíduo a determinada cultura ou sociedade.

Consequentemente, a escola processual com a sua forma prática e funcional de abordar a comunicação torna-se bastante apelativa, pois procura a melhoria das nossas técnicas de comunicação, possibilitando ao indivíduo impor-se com maior eficácia no mundo circundante. Todavia, a semiótica, muito graças aos trabalhos de Pierce e Saussure (in Fiske, 1993), atribui pouca importância à transmissão de mensagens, bem como à mecânica do processo em si, o enfoque é dado sim “no papel da comunicação no estabelecimento e manutenção de valores e na forma como esses valores permitem que a comunicação tenha significado” (Fiske, 1993, p. 251). A mudança de paradigma sobrevém quando os dois autores supracitados outorgam à natureza do signo uma maior relevância do que à forma como ele é transmitido.

Desta forma, a escola da semiótica não aceita a existência de fracassos na comunicação, nem atenta à eficácia e precisão da mensagem, contrariamente à escola processual. Os casos em que a significação difere do emissor para o receptor não se prendem com um fracasso da comunicação, ilustram sim a existência de discrepâncias culturais/sociais entre ambos, sendo que estas disparidades podem indicar uma fonte de riqueza cultural e de conservação subcultural. Por conseguinte, de acordo com esta escola, devemos minorar as diferenças sociais para dirimir as discordâncias entre as significações, sendo que a melhoria da eficácia do processo de comunicação não influi nesta tarefa, isto é, “os factores determinantes da comunicação residem na sociedade e no mundo que nos rodeia, e não no próprio processo” (Fiske, 1993, p. 252).

Em suma, a existência destas duas escolas concomitantemente, releva, substancialmente, pois para que possamos perceber o âmago da problemática

precisamos, inevitavelmente, de nos basear nas duas concepções no intuito de compensarmos os hiatos existentes em ambas as escolas, não obstante, segundo Fiske (1993) a escola da semiótica abarca as questões mais proeminentes da comunicação, sendo mais profícua no auxílio da compreensão da panóplia de exemplos com que nos defrontamos diariamente.

## 1.2. Comunicação de Massas

No séquito da elucidação do conceito de comunicação, impõe-se, no âmbito deste trabalho, a explanação sucinta do termo: comunicação de massas. Ora, de acordo com Janowitz (cit. in McQuail, 2003, p. 14) “a comunicação de massas compreende as instituições e técnicas pelas quais grupos especializados empregam meios tecnológicos (jornais, rádio, cinema, etc.) para disseminar conteúdos simbólicos junto de grandes audiências, dispersas e heterógenas”. A comunicação de massas é a comunicação realizada de forma industrial, entenda-se, em série, para atingir um elevado número de indivíduos, a sociedade de massas.

Desta forma, percebemos que não se pode falar em comunicação de massas sem se atentar também à indústria cultural, à cultura de massas e à sociedade de massas.

À luz da Escola Frankfurt, nas palavras de Adorno e Horkheimer (in Mattelart & Mattelart, 1997) a comunicação de massas não é mais que uma transformação da cultura em mercadoria, utilizada pelas elites de forma vertical com o intuito de homogeneizar as massas. Assim, os valores culturais “seriam produzidos em função do seu valor de troca num mercado, e não pelo seu valor de uso enquanto parte integrante de uma experiência estética autêntica enraizada na tradição” (Breton & Proulx, 1997, p. 162). Para definir este processo de transformação da cultura os autores criaram o conceito de Indústria Cultural, em que os bens culturais seriam impostos por um sistema industrial de disseminação “dominado pelo *etos* capitalista, o reino do feiticismo e da lógica do consumo e do lucro” (Breton & Proulx, 1997, p. 162).

Adorno (cit. in Wolf, 1987, p. 74) salienta que a sociedade de massas consegue sempre vencer, sendo que, o indivíduo não é mais que uma marionete manipulado pelas normas sociais, ou seja, “o consumidor não é soberano, como a indústria cultural queria fazer crer, não é o seu sujeito mas o seu objecto”.

O termo cultura de massas “apresentava-se como referência alargada para gostos, preferências, maneiras e estilos das massas (ou de uma maioria). Tinha também uma

conotação pejorativa, principalmente por causa das suas associações com as consideradas preferências culturais dos «incultos», indiscriminados, ou apenas audiências de «classe baixa»” (McQuail, 2003, p. 44).

Note-se, contudo, que hodiernamente o termo se encontra bastante datado, e mesmo quando comumente se atribuía a cultura de massas unicamente às classes inferiores este conceito não era simples de validar empiricamente, pois referia-se à experiência cultural quotidiana, pelo menos em um qualquer momento, de todos e não apenas das denominadas “classes baixas”. Além disso, segundo McQuail (2003, p. 44), actualmente estas disparidades sociais/culturais são menos perceptíveis não se diferenciando, facilmente, “a minoria profissional educada de uma grande maioria, pobre, de trabalhadores sem qualificação”. Assim, o conceito “cultura popular” é aquele que vigora presentemente, pois alude somente aquilo que a maioria das pessoas gosta, num determinado momento ou contexto.

### **1.3. Meios de Comunicação de Massas**

A importância dos meios de comunicação de massa (*mass media* ou *media*), entenda-se, órgãos de comunicação social (OCS), bem como a influência que exerce na sociedade é, contemporaneamente, indubitável. Os *media* são verdadeiras “extensões do homem” (McLuhan, cit. in Serra, 2007, pp. 84-85), estando longe de se constituírem, somente, como instrumentos que o homem utiliza, mormente, para comunicar uma mensagem, mas, sim, como um género de prolongamento do homem sobre tudo o que o envolve.

Os *media* tratam-se, portanto, dos meios de comunicação que actuam em grande escala, afectando e envolvendo virtualmente a quase totalidade dos elementos de uma sociedade (McQuail, 2003). Estes meios de comunicação de massas tipificam-se, hodiernamente, em vários veículos como a rádio, os jornais e revistas, a televisão e a Internet, através dos quais são difundidas mensagens a um público vasto e heterogéneo.

Não obstante, importa mencionar que existem dois prismas caracterizantes dos meios de comunicação de massa que reportam à sua descrição restrita ou genérica. Quanto à primeira, define “o conjunto dos meios de comunicação social ou de massas e é geralmente utilizado para referir a globalidade tanto de canais como dos seus conteúdos, direccionados ao público em geral. Os *media* produzem e difundem/distribuem mensagens tanto informativas (no sentido jornalístico do contexto) como de entretenimento,



publicitárias, etc.” (Cascais, 2001, p. 133). No que concerne à óptica ecuménica os OCS “são referidos como meios produtores de todo o tipo de mensagens destinadas a serem recebidas/consumidas pela massa/audiência” (Cascais, 2001, p. 133).

A relevância social dos *media* compreende-se, essencialmente, na disseminação de conteúdos que contribuem para os processos de produção, edificação e representação da realidade social e da cultura, porquanto assumem um papel na destrição dos comportamentos e atitudes socialmente aceitáveis, ainda que realizem esta função, concomitantemente, com os demais agentes mediadores comportamentais, sejam eles a escola, a família, entre outros.

#### **1.4. Teorias da Comunicação de Massas**

Nesta secção, iremos procurar explanar, sinteticamente, alguns dos desenvolvimentos teóricos primordiais nos estudos da comunicação de massas. Porém, a heterogeneidade da matéria transforma o seu estudo numa história “cheia de tentativas para repudiar velhas abordagens, iniciar novas e dirigir a atenção para aspectos deixados por explorar” (Elliot, 1974, p. 249).

Percebemos, então, a existência de uma dicotomia complexa nos estudos supracitados. Assim, determinadas correntes procuram a solução para a eliminação do problema comunicacional, olvidando, integralmente, a importância dos vínculos estruturais existentes entre a organização social e os meios de comunicação de massas. Em contraponto, outras doutrinas atribuem todo o enfoque às “estruturas organizativas e dos processos sociais” (Wolf, 1987, p. 117), valorando a vertente sociológica da relação entre *mass media* e sociedade, ignorando a mecânica da comunicação, leia-se, os processos comunicacionais.

Desta forma, percepçiona-se substancialmente intrincada a tarefa de compor uma teoria da comunicação. De acordo com McQuail (cit. in Wolf, 1987, p.117) “os *mass media* são um fenómeno demasiado complexo para ser representado por um modelo do tipo convencional [e, além disso], por muitos aspectos, as actividades sociais-chave que devem ser estudadas, não são predominantemente comunicativas, a não ser no sentido em que todas as relações sociais dependem da comunicação”, iremos, então, procurar analisar o dispositivo conceptual da investigação da comunicação, de ora em diante denominada, *communication research*, sem nunca esperar “que o estudo da comunicação de massas providencie informação teoricamente neutra sobre os efeitos ou a significância de algo

tremendamente complexo e que resulta de um conjunto de processos inter-subjectivos” (McQuail, 2003, p. 6); os *mass media* como criadores/disseminadores de realidades sociais estão, indubitavelmente, imbuídos neste emaranhado conceptual.

Importa, agora, iniciar a análise de algumas das teorias adjacentes à *communication research*, todavia, em nossa opinião, antes de discorrer sobre as múltiplas teorias atinentes à comunicação de massas, carece, primeiramente, explicitar o contexto que estas teorias necessitaram imperiosamente para se desenvolverem, entenda-se, a sociedade de massas.

#### **1.4.1. A Sociedade de Massas**

São várias as correntes que procuram definir sociedade de massas, não obstante, iremos apenas aludir às que se nos afiguram mais relevantes, e que corroboram o ideário de algumas das teorias que iremos posteriormente mencionar. Assim, à luz das palavras de Wolf (1987), de acordo com o pensamento conservador oitocentista, a sociedade de massas trata-se de um efeito da industrialização progressiva, da revolução comercial e dos transportes, bem como da disseminação dos ideários de igualdade e liberdade. Ora, estes processos sociais propiciam a exposição das elites perante as massas, e consequente perda de exclusividade. A inanição das instituições tradicionais, ou seja, da família, comunidade, associações de ofícios, religião, entre outras, contribui, sobremaneira, para fazer esmorecer “o tecido conectivo da sociedade e para preparar as condições que conduzem ao isolamento e à alienação das massas” (Wolf, 1987, p. 19).

Outra corrente, dissonante da primeira, defende o homem-massa como resultado do desmantelamento da elite. Ortega Y Gasset (1930) descreve o homem-massa como sendo um antónimo do humanista culto, estes autores consideram as massas como uma espécie de todas as classes sociais, com um estado de espírito criticável, preocupando-se apenas com o seu bem-estar. Desta forma, a massa “é tudo o que não se avalia a si próprio – nem no bem nem no mal – mediante razões especiais, mas se sente «como toda a gente» e todavia não se angústia por isso, antes se sente à vontade ao reconhecer-se idêntico aos outros” (Ortega Y Gasset, 1930, p. 8).

Não obstante existirem inúmeras correntes que definem de forma díspar sociedade de massas, há determinadas características comuns na representação da estrutura e do comportamento da massa. Esta é então “constituída por um conjunto homogêneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis

mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogéneos, e de todos os grupos sociais” (Wolf, 1987, p. 20).

De acordo com Blumer (1946), a massa compõe-se por pessoas que se desconhecem, tendo ínfimas probabilidades de poder exercer qualquer acção ou influência recíprocas. Na apreciação deste autor, a massa não dispõe de uma organização, cânones comportamentais, ou tradições. Por conseguinte, à luz das palavras de Breton e Proulx (1997, p. 159), “numa sociedade de massas, o isolamento individual e a despersonalização dominam numa estrutura no qual o controle social é muito fraco (anomia)”.

Embora a génese da sociedade de massas seja concomitante com o ideário da democracia política, esta sociedade unidimensional não se coaduna, segundo Horkheimer (in Breton & Proulx, 1997), de forma alguma com a democratização cultural, uma vez que as suas mensagens incentivavam ao conformismo e a uma aterradora resignação do homem hodierno.

Posto isto, importa agora iniciar o percurso sobre várias teorias dos *mass media*, sendo certo, que este conceito define apropriadamente “um conjunto coerente de proposições, hipóteses de pesquisa e aquisições verificadas; há, porém, outros casos em que a utilização do termo é um pouco forçada já que designa mais uma tendência significativa de reflexão e/ou de pesquisa do que uma teoria propriamente dita” (Wolf, 1987, pp. 17-18).

#### **1.4.2. Teoria Hipodérmica**

A teoria hipodérmica trata-se do primeiro desenvolvimento conceptual da corrente da *mass communication research*, através do modelo “agulha hipodérmica” criado por Harold Lasswell. Este modelo refere que os *media* actuam directa e indiferenciadamente sobre os indivíduos atomizados, ou seja, a audiência é vista como uma massa amorfa que obedece cegamente ao esquema estímulo/resposta (Mattelart & Mattelart, 1997).

No que concerne ao contexto que caracteriza esta teoria, prende-se, fundamentalmente, com a novidade, à época, do próprio fenómeno da comunicação de massas, bem como o vínculo deste fenómeno às famigeradamente nefastas governações totalitárias adjacentes a esse período histórico. De acordo com Wolf (1983), a teoria hipodérmica consiste numa abordagem genérica aos *mass media*, alheia à multiplicidade existente entre os diversos meios e que responde, particularmente, à questão: qual o efeito dos meios de comunicação de massas numa sociedade de massas?

Assim, a teoria supramencionada tem como constituinte essencial a presença de uma teoria da sociedade de massas, contudo, no aspecto comunicativo familiariza-se com as teorias psicológicas em voga na época, entenda-se, “a psicologia das multidões, de Le Bon, o behaviorismo, inaugurado em 1914 por John B. Watson, as teorias sobre o condicionamento, do russo Ivan P. Pavlov, os estudos de um dos pioneiros da psicologia social, o britânico William McDougall (...)” (Mattelart & Mattelart, 1997, p. 31), baseando o seu processo de comunicação numa teoria da acção de cariz behaviorista, representando a “relação complexa que existe entre o organismo e o ambiente, o elemento crucial é representado pelo estímulo; esse estímulo inclui os objectos e as condições exteriores ao sujeito, que produzem uma resposta” (Wolf, 1987, p. 22).

Segundo Blumer (1946) esta nova organização social decorrente da sociedade de massas vem reforçar, substancialmente, o baluarte da teoria hipodérmica, ou seja, a ideia que os indivíduos se encontram isolados, no anonimato, separados e atomizados. Este isolamento na massa anómica é, por conseguinte, uma condição da primeira teoria sobre os *mass media*, sendo que esta condição explica, em grande parte, a influência e a capacidade de manipulação dos mesmos.

Desta forma, à luz da teoria hipodérmica, “cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados” (Wright Mills, cit.in Wolf, 1987, p. 22). Assim, a teoria hipodérmica, também denominada *bullet theory* ou “teoria da bala mágica” (Serra, 2007, p. 151) defende uma relação de causa efeito entre a exposição às mensagens dos *media* e o comportamento, ou seja, se o “alvo” é atingido, então a pessoa é automaticamente apanhada pela propaganda (em sentido amplo) e, por conseguinte, pode ser controlada e manipulada.

Por outras palavras, esta teoria considerava “os meios de comunicação de massas como causa necessária e suficiente para a consecução dos efeitos, entendendo por efeito a mudança de opinião ou a determinação da conduta individual ou colectiva” (Saperas, 2000, p. 24).

Finalmente, importa referir que esta teoria foi posteriormente considerada demasiado simplista, pois olvidava inúmeros quesitos de ordem social, como são a existência de líderes de opinião, ou, ainda, a pertença a grupos sociais. A superação da teoria hipodérmica ocorreu segundo directrizes distintas mas intimamente ligadas: a “primeira estuda os fenómenos psicológicos individuais que constituem a relação comunicativa; a segunda explicita os factores de mediação entre o indivíduo e o meio de

comunicação; a terceira elabora hipóteses sobre as relações entre o indivíduo, a sociedade e os meios de comunicação” (Wolf, 1987, pp. 27-28).

#### **1.4.3 Abordagem empírico-experimental ou da persuasão**

De acordo com Wolf (1987), a abordagem experimental e, analogamente, a abordagem empírica de campo, ou, dos efeitos limitados, sobre a qual discorreremos posteriormente, levam ao abandono da teoria hipodérmica, constituindo-se como um sector independente da *mass communication research*, todavia, dada a contemporaneidade de ambas as abordagens, que se desenvolvem a partir dos anos quarenta, torna-se complexo perceber, manifestamente, quais os contributos de cada uma.

A teoria adstrita aos estudos psicológicos experimentais compreende, fundamentalmente, uma rectificação do processo comunicativo, consubstanciado através da teoria da bala mágica (*bullet theory*), entendido, à data, como uma relação mecânica e directa entre estímulo e resposta. Esta revisão evidenciou pela primeira vez, na pesquisa dos meios de comunicação de massas, a elevada panóplia de elementos existentes na relação entre emissor, mensagem e destinatário.

Assim, a “abordagem deixa de ser global, incidindo sobre todo o universo dos meios de comunicação e passa a «apontar», por um lado, para o estudo da sua eficácia persuasiva óptima e, por outro lado, para a explicação do «insucesso» das tentativas de persuasão” (Wolf, 1987, pp. 28-29).

Desta forma, torna-se patente o abandono do ideário da teoria hipodérmica, em que o indivíduo era visto como um ser atomizado, no qual caso fosse atingido pela mensagem, a persuasão seria facilmente inoculada, em busca de outro que encara a persuasão como uma possibilidade, caso a mensagem seja ajustada aos factores pessoais que o receptor activa aquando da interpretação da mensagem.

Por conseguinte, à luz das palavras de Melvin De Fleur (cit.in Wolf, 1987, p. 29), “as mensagens dos meios de comunicação contêm características particulares do estímulo que interagem de maneira diferente com os traços específicos da personalidade dos elementos que constituem o público. Desde o momento em que existem diferenças individuais nas características da personalidade dos elementos do público, é natural que se presuma a existência, nos efeitos, de variações correspondentes a essas diferenças individuais”.

Ora, explicitada a direcção que este estudo pretendeu tomar, importa agora referir quais as coordenadas que norteiam esta “teoria” dos *mass media*. Assim, percebemos a existência de duas correntes principais nesta pesquisa. A primeira foca-se no estudo das características dos destinatários possivelmente intervenientes na consecução do efeito persuasivo. Quanto à segunda, preocupa-se, mormente, com a estruturação óptima das mensagens com desígnios persuasivos.

São inúmeros os factores concernentes à audiência, leia-se, aos destinatários, imanes desta abordagem, porém, iremos apenas salientar o interesse em obter informação, a exposição, interpretação e memorização selectiva.

Quanto ao interesse em obter informação, percepção-se estar relacionada com a existência de uma fracção do público que não detém qualquer conhecimento sobre os assuntos tratados em determinada campanha (em sentido lato). Desta forma, a falta de interesse e motivação para determinadas temáticas, a dificuldade de acesso à própria informação, bem como a apatia social, entre outras causas, podem estar na génese do desconhecimento supramencionado. Note-se, ainda, que possivelmente estes factores estão inter-relacionados.

Hyman e Sheatsley (1947) explicitaram que quanto maior é o número de pessoas expostas a um determinado assunto, mais o seu interesse aumenta e, com a ampliação do interesse, mais pessoas se sentem motivadas para aumentarem o seu conhecimento relativamente ao mesmo. Este factor releva, sobremaneira, pois o sucesso de uma campanha de informação depende da relação entre o público que demonstra interesse pelo tema e a quantidade de pessoas não interessadas.

No que concerne à exposição selectiva, os estudos de Lazarsfeld (1940) dizem-nos que a audiência tende a expor-se à informação congruente com as suas atitudes e a afastar-se das mensagens que, pelo contrário, estão em desacordo com essas atitudes. Por outras palavras, as campanhas de persuasão são mais bem aceites pelos indivíduos que já estão em consonância com o ideário exposto ou que, de alguma forma, já foram sensibilizados para as temáticas exibidas. Daí que as campanhas por vezes falhem, bem como se refute a importância atribuída, pela teoria hipodérmica, aos efeitos dos meios de comunicação (Wolf, 1987).

Festinger (1963) alude que os indivíduos quando confrontados com uma informação dissonante, desencadeiam processos defensivos que a modificam em algo concordante com as crenças que já possuem, ou que refutam a consolidação dessa ideia,

por outras palavras, as pessoas evitam as informações que geram dissonância. O autor denominou este processo de teoria da dissonância cognitiva.

À luz das palavras de Klapper (1960, p. 247), discípulo de Lazarsfel, “se as pessoas tendem a expor-se, sobretudo, às comunicações de massa de acordo com as suas próprias atitudes e os seus interesses próprios, devem evitar-se outros conteúdos; se, ainda por cima, tendem a esquecer esses outros conteúdos mal lhe aparecem à frente dos olhos e, finalmente, se tendem a adulterá-los mesmo que os recordem, então é evidente que, muito provavelmente, a comunicação de massa não modificará os seus pontos de vista. É muito mais provável que vá reforçar opiniões pré-existentes”.

Não obstante, os estudos não confirmam, em todos os casos, que a selectividade da exposição se deva apenas à concordância existente entre as atitudes do indivíduo e o conteúdo das mensagens, dizem-nos antes que esta concordância é meramente uma das causas, que somada ao nível de instrução, à profissão, ao grau de consumo de *mass media*, à utilidade da comunicação, entre outras, irá definir a selectividade do consumo, ou seja, cada uma destas variáveis estabelece um grau de relação com a exposição selectiva. Atente-se que esta conclusão, embora não comprove a total interdependência entre as atitudes subjectivas do indivíduo e o teor das comunicações, tem algum relevo pois demonstrou a complexidade da relação comunicativa, contrapondo o anterior esquema simplista da teoria hipodérmica.

No que concerne a outra das características da audiência, mormente, a percepção selectiva, Klapper (1960, p. 247) refere que os membros do “público não se expõem à rádio, à televisão ou ao jornal num estado de nudez psicológica; pelo contrário, apresentam-se revestidos e protegidos por predisposições já existentes, por processos selectivos e por outros factores”.

Por conseguinte, o sentido da mensagem é substancialmente alterado através da nossa interpretação, adaptando-a, ou mesmo, transfigurando-a, conforme as atitudes e os valores do destinatário.

Um dos processos selectivos mais relevantes passa pela utilização das heurísticas cognitivas. Um estudo realizado por Turner (2007) procura perceber se é possível o mensageiro superar a mensagem através de sinais ideológicos que estão previamente interligados à fonte que emana a informação. No caso, importa estudar se ao colocar o rótulo de dois dos mais importantes canais televisivos americanos, leia-se, CNN e o Fox News Channel (FNC), nas notícias, estar-se-ia, ou não, a enviar sinais ideológicos ao público. Por outras palavras, pretendia-se perceber se o simples rotular do conteúdo

noticioso como sendo emanado por aquelas fontes, seria o suficiente para o público perceber uma parcialidade inexistente, uma vez que a mensagem transmitida era igual.

O autor diz-nos que a simples atribuição do conteúdo das notícias aquelas fontes pode activar uma heurística cognitiva, que irá moldar *a priori* como a notícia será percebida. Este processo heurístico activar-se-á mesmo que a parcialidade não esteja presente, ou seja, “a percepção pode toldar a realidade” (Turner, 2007, p. 443).

Outra forma de percepção selectiva trata-se da não compreensão da mensagem, sendo esta um meio do indivíduo se escapular às fontes de tensão ou de dissonância cognitiva para com os seus valores e atitudes, conforme o estudo de Cooper e Jahoda (in Wolf, 1987). Este fenómeno é denominado de “descodificação aberrante” (Wolf, 1987, p. 33).

Existe, ainda, um outro mecanismo concernente à percepção selectiva que consiste nos denominados efeitos de assimilação ou contraste, conforme o destinatário encare as opiniões expostas na mensagem mais semelhantes ou díspares face às suas do que realmente são.

Para que possamos estar perante um efeito de assimilação, necessitamos, concomitantemente, da presença de três condições: “a. uma diferenciação não excessiva entre as opiniões do indivíduo e as do emissor; b. um escasso envolvimento e uma fraca adesão do destinatário ao assunto da mensagem e às suas ideias a respeito desse assunto; c. uma atitude positiva para com o comunicador” (Wolf, 1987, p. 34). Ora, no caso do efeito de contraste relevam as condições opostas. Assim, as condições supracitadas definem o campo de aceitação, em que as opiniões constantes da mensagem são classificadas como “«objectivas» e «aceitáveis»” (Wolf, 1987, p. 34), e as inversas o campo de recusa, definindo a mensagem como “«propagandística» e «inaceitável»” (Wolf, 1987, p. 34).

Finalmente, no que respeita aos factores relativos à audiência, inúmeras pesquisas revelam que a memorização selectiva utiliza critérios de selectividade semelhantes aos factores sobre os quais discurremos anteriormente. Por conseguinte, os aspectos que estão em consonância com as atitudes e opiniões do destinatário são mais facilmente memorizados do que os outros, sendo que, essa propensão intensifica-se à medida que vai aumentando o tempo de exposição à mensagem.

Bartlett (cit. in Wolf, 1987, p. 35) demonstrou que “à medida que o tempo passa, a memorização selecciona os elementos mais significativos (para o indivíduo) em detrimento dos mais discordantes ou culturalmente mais distantes”, este processo foi denominado de “efeito Bartlett”.



Um outro efeito análogo ao efeito Bartlett é o designado “efeito latente”, ou, ainda, *sleepers effect* (in Gruder et al., 1978), que refere a ausência, em certos casos, de eficácia persuasiva na mensagem logo após a sua exposição, todavia, com o avançar do tempo essa eficácia aumenta, isto é, se primeiramente a atitude negativa do destinatário ergue uma forte oposição relativamente à persuasão, a memorização selectiva mitiga esse processo, possibilitando que perdurem os conteúdos da mensagem que ampliam a influência persuasiva. Assim, quando “os sujeitos recebem uma mensagem persuasiva eficaz, as suas atitudes mudam na direcção da conclusão da mensagem” (Gruder et al., 1978, p. 1062).

Posto isto, importa agora discorrer quanto aos factores adstritos à mensagem, por conseguinte, iremos aludir à credibilidade do comunicador, à ordem da argumentação, à integralidade das argumentações e à explicitação das conclusões.

No que concerne à credibilidade da fonte que emana a comunicação, múltiplos estudos experimentais procuram perceber se a reputação do comunicador influi activamente nas mudanças de opinião por parte dos receptores da mensagem (audiência) e, inversamente, se a ausência de credibilidade da fonte diminui os efeitos persuasivos da mensagem.

O artigo de Hovland e Weiss (1951) sobre a influência da credibilidade da fonte na efectividade da comunicação apresenta como resultado primordial que a mudança de opinião, logo após a captação da mensagem, efectiva-se mais significativamente quanto maior for a credibilidade da fonte. Contrariamente, se a avaliação for efectuada após um hiato considerável de tempo, verifica-se o supracitado efeito latente, e a reminiscência da não credibilidade do comunicador atenua-se, possibilitando, assim, uma maior absorção dos conteúdos mesmo sendo provenientes de uma fonte pouco credível.

Em suma, parafraseando Wolf (1987, pp. 36-37), “pode existir apreensão do conteúdo mas a escassa credibilidade da fonte selecciona a sua aceitação”.

Outro dos factores conexos à mensagem prende-se com a ordem de argumentação. Ora, as pesquisas relativas a este tópico visam perceber se a ordem de apresentação dos argumentos, sejam eles pró ou contra, têm qualquer tipo de influência na sua eficácia.

Assim, perante uma maior eficácia das argumentações iniciais em favor de uma determinada posição, trata-se do efeito de primazia (*primacy*), contrariamente, caso se revelem mais eficazes as argumentações finais contra a mesma posição, denomina-se de efeito de recência (*recency*).

De acordo com Wolf (1987), os vários estudos realizados neste âmbito não permitem confirmar inequivocamente nenhuma das teorias, porém, existem determinadas

relações que parecem ser mais estáveis. Desta forma, “o conhecimento e a familiaridade com o tema e o efeito *recency* parecem andar a par, ao passo que, se os destinatários não têm qualquer conhecimento sobre o tema, tende a verificar-se um efeito de *primacy*” (Wolf, 1987, p. 37). Estas conclusões podem estar intimamente ligadas com outra variável mencionada anteriormente, entenda-se, o interesse dos indivíduos pelo assunto contido nas mensagens.

Não obstante, salienta-se que embora a ordem das mensagens pareça influir na eficácia da absorção das mensagens, essa influência interliga-se a inúmeras outras variáveis, tornando complexa a tarefa de demonstrar, claramente, os seus efeitos.

Seguidamente, importa discorrer sobre, quiçá, o mais célebre tipo de pesquisa concernente aos factores ligados à mensagem. Trata-se da integralidade das argumentações, visando perceber o impacto na alteração de opiniões produzido pela exposição de um só aspecto, ou, contrariamente, de ambos os prismas de uma temática controversa.

Um estudo de Hovland, Lumsdaine e Sheffield (cit. in Wolf, 1987, p. 38) procura responder ao supramencionado, tendo chegado às seguintes conclusões:

“1. No caso de pessoas que, inicialmente, tinham uma opinião contrária em relação ao exposto, apresentar os argumentos referentes a ambos os aspectos de um tema é mais eficaz do que fornecer apenas os argumentos relativos ao objectivo acerca do qual se pretende convencer.

2. Para as pessoas que já estavam convencidas quanto à questão apresentada, a inclusão dos argumentos referentes a ambos os aspectos é menos eficaz para o grupo no seu conjunto do que expor apenas os argumentos a favor da posição apresentada.

3. Aqueles que possuem um grau de instrução mais elevado são mais favoravelmente influenciados pela apresentação de ambos os aspectos da questão; aqueles que possuem um grau de instrução mais baixo são influenciados sobretudo pela comunicação que expõe apenas os argumentos a favor do ponto de vista defendido.

4. O grupo em relação ao qual a apresentação de ambos os aspectos do problema não é minimamente eficaz é composto por aqueles que possuem um grau de instrução mais baixo e já estão convencidos da posição que constitui o objecto da mensagem (...).”

Finalmente, resta-nos o último factor a aludir, leia-se, a explicitação das conclusões. Assim, o cerne desta área de pesquisa é, segundo Wolf (1987), percepção se uma mensagem que faculta declaradamente as conclusões ao destinatário é mais eficaz a

persuadir do que a mensagem que fornece as mesmas conclusões de forma subentendida, permitindo aos receptores retirá-las.

Mais uma vez, é de todo impossível obter uma resposta soberana nesta matéria, todavia, os estudos realizados permitem verificar a existência de algumas relações estáveis entre este factor concernente à mensagem e outras variáveis psicológicas atinentes ao público (Wolf, 1987).

Por conseguinte, torna-se mais eficaz deixar as conclusões implícitas nos casos em que existe elevado envolvimento do indivíduo no assunto tratado, quanto maior for o conhecimento sobre o assunto, bem como quanto maiores forem as capacidades intelectuais dos destinatários. Inversamente, quando em presença de assuntos intrincados e para receptores parcamente familiarizados com os mesmos, a manifesta explicitação das conclusões apresenta uma eficácia persuasiva superior.

Após esta breve incursão nos factores conexos à organização óptima da mensagem com fins persuasivos, percebemos que a eficácia dessa organização varia, ao variarem determinadas características dos destinatários, e, ainda, que as consequências das comunicações de massas se relacionam intimamente com as interacções entre esses factores.

Conclui-se, portanto, que a teoria dos meios de comunicações de massa adstrita às pesquisas psicológico-experimentais, vem redimensionar a abissal capacidade manipuladora atribuída aos *mass media* pela teoria hipodérmica. Estas pesquisas demonstraram-no “ao especificar a complexidade dos factores que intervêm para provocar uma resposta ao estímulo, atenua-se a inevitabilidade dos efeitos maciços; explicitando as barreiras psicológicas individuais que os destinatários põem em funcionamento, evidencia-se o carácter não-linear do processo comunicativo; salientando a peculiaridade de cada receptor, analisam-se os motivos da ineficácia da campanha” (Wolf, 1987, p. 39).

#### **1.4.4. Abordagem empírica de campo ou “dos efeitos limitados”**

No que concerne a esta teoria dos meios de comunicação de massa, de orientação sociológica, aplica-se, equitativamente, o preceituado na teoria anterior. Ou seja, perceber o contributo real de cada uma das abordagens trata-se de uma tarefa complexa, dada a contemporaneidade das mesmas. Porém, segundo Wolf (1987), esta teoria destacou-se, de uma forma mais significativa, pois os seus contributos primordiais

transformaram-se em “clássicas” e perduram, hodiernamente, em todos os trabalhos cujo âmago é a *communication research*.

O cerne da problemática atinente à pesquisa sociológica de campo permanece relativo aos efeitos dos meios de comunicação, ou seja, à influência exercida pelos *mass media*, todavia, já não se coloca com a mesma configuração que nas teorias precedentes. A denominação “efeitos limitados” não se prende, única e exclusivamente, com a apreciação quantitativa dos efeitos, indica, concomitantemente, uma avaliação desses efeitos qualitativamente distinta.

Desta forma, percebemos que se “a teoria hipodérmica falava de *manipulação* ou propaganda, e se a teoria psicológica-experimental tratava de *persuasão*, esta teoria fala de *influência* e não apenas da que é exercida pelos *mass media* mas da influência mais geral que «perpassa» nas relações comunitárias e de que a influência das comunicações de massa é só uma componente, uma parte” (Wolf, 1987, p. 40).

Por conseguinte, podemos afirmar que o imo da teoria dos meios de comunicação de massa associada à pesquisa sociológica empírica reside em agregar os processos de comunicação de massa às características do contexto social em que os mesmos se efectivam.

Importa, ainda, realçar a existência de duas correntes distintas adstritas a esta teoria: uma concernente ao estudo da composição diferenciada dos públicos e dos seus arquétipos de consumo de comunicações de massa; e, a segunda, mais relevante, de acordo com Wolf (1987), e sobre a qual iremos discorrer seguidamente, que abarca os estudos sobre a mediação social que patenteia esse consumo.

À luz da segunda corrente da teoria dos efeitos limitados, a influência dos meios de comunicação de massa depende mais do sistema social envolvente do que do conteúdo que os mesmos difundem. No que concerne aos efeitos produzidos pelos *mass media*, estes “dependem das forças sociais que predominam num determinado período” (Lazarsfeld, 1940, p. 330). Consequentemente, esta teoria coíbe-se de evidenciar a relação causal directa entre propaganda massiva e manipulação do público, anteriormente mencionada pela *bullet theory*, realçando a existência de um processo indirecto de influência em que as relações sociais se cruzam com os processos comunicacionais.

As principais pesquisas que patenteiam esta teoria não se dedicaram a estudar particularmente os *mass media*, ocuparam-se, sim, de fenómenos mais abrangentes, entenda-se, os processos de formação de opinião no interior de comunidades sociais demarcadas. A *magnum opus* destes estudos denomina-se *The people's choice: How the*

*voter makes up his mind in a presidential campaign* (Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1944). Esta pesquisa intenta perceber o como e porquê da formação das atitudes políticas no decurso da campanha presidencial de 1940, numa comunidade do Estado de Ohio, mais concretamente, Erie County. Esta obra destacou-se na história da *communication research* por duas conclusões primordiais: a descoberta dos líderes de opinião, bem como o fluxo de comunicação a dois níveis, leia-se, *two-step flow of communication* (Katz, 1987).

Os autores do estudo supramencionado definiram líderes de opinião como os indivíduos “muito envolvidos e interessados no tema e dotados de maiores conhecimentos sobre ele” (Lazarsfeld et al., cit. in Wolf, 1987, p. 44). Assim, percebe-se que estes líderes se configuram como os elementos da opinião pública com maior participação política, que intentam influir no processo de formação das atitudes de voto.

Estes autores destacam também nas suas conclusões a propensão para se produzirem atitudes partilhadas pelos outros elementos do grupo no interior das relações sociais, revelando, assim, a existência de líderes de opinião e a sua função de mediadores entre os meios de comunicação de massa e os restantes membros da comunidade menos interessados/participativos na campanha eleitoral. O ideário do *two-step flow* caracteriza-se exactamente pela mediação entre os meios de comunicação de massa e os não líderes, ou, sequazes, realizada pelos líderes de opinião.

Constatou-se, desta forma, uma refutação absoluta da teoria hipodérmica no que respeita à lógica dos efeitos dos *mass media*. Entenda-se, na obsoleta *bullet theory* essa lógica estava, simplesmente, adstrita ao mecanismo estímulo/resposta; inversamente, na teoria dos efeitos limitados (*limited effects*) “baseia-se e faz parte de uma ambiente social totalmente sulcado por interações e processos de influência pessoal em que a personalidade do destinatário se configura também a partir dos seus grupos de referência (familiares, de amigos, profissionais, religiosos, etc.)” (Wolf, 1987, p. 46).

Por conseguinte, a abordagem empírica de campo considera os efeitos “como reforço de atitudes prévias devidas ao comportamento da audiência no seio dos respectivos grupos sociais de referência, o que daria lugar a uma exposição, e a uma atenção e memorização selectivas por parte dos indivíduos receptores da comunicação” (Saperas, 2000, pp. 24-25). Atente-se que esta exposição, memorização, bem como a percepção selectiva se revelam como uma obstrução, indubitavelmente, superior para a comunicação de massas, dado que as comunicações interpessoais apresentam “maior grau de flexibilidade perante as resistências do destinatário” (Wolf, 1987, p. 47).

Quanto à credibilidade da fonte, e se conforme o que foi mencionado por nós anteriormente, a mesma influi na eficácia da mensagem persuasiva, é possível que também neste âmbito, a fonte impessoal dos *mass media* se encontre em desvantagem nesta variável, dado o contacto directo proveniente das relações interpessoais. Acresce, ainda, referir que as comunicações interpessoais se encontram menos conotadas com fins persuasivos quando comparadas com as mensagens dos meios de comunicações de massa, mormente, nas campanhas políticas, daí que as defesas contra a influência da comunicação sejam inferiores nas interações entre pares.

Posto isto, e à luz destas conclusões, os investigadores que se debruçam neste âmbito inferiram que “o poder dos meios de comunicação de massa era considerado muito limitado face a outras fontes de influência, como a influência pessoal, a liderança de opinião ou a própria personalidade de cada membro da audiência” (Saperas, 2000, p. 25). Trata-se, portanto, do carácter particular da influência pessoal que a superioriza relativamente à eficácia dos meios de comunicação de massa, limitando os efeitos dos mesmos, daí a designação, teoria dos efeitos limitados.

Klapper (1960) afirma que a capacidade de influência dos *mass media* circunscreve-se principalmente ao reforço de valores, comportamentos e atitudes mais do que capacidade autêntica de os transformar ou manipular.

Não obstante, importa, sobremaneira, aludir a um outro aspecto atinente à teoria dos efeitos limitados, trata-se dos baixos níveis de difusão dos meios de informação, quando comparados aos da hodiernidade, no contexto social a que a teoria se refere. Por conseguinte, o esquema do *two-step flow* implica uma realidade comunicativa com baixa proximidade de comunicações de massas, o que não se verifica actualmente, situação largamente exponenciada desde o aparecimento da Internet.

Atente-se, que esta mudança de paradigma sobreveio, maioritariamente, pelo “aparecimento da televisão como meio de comunicação de massas hegemónico” (Saperas, 2000, p. 25). Nas palavras de Böckelman (cit. in Wolf, 1987, p. 49) “(...) a televisão impôs-se como o meio predominante de comunicação de massa e modificou radicalmente a utilização dos tempos livres. Por esse facto, o sistema de comunicação de massa tornou-se extraordinariamente diferente. Os *opinion leaders* ficam quase dispensados da sua função de filtro, em consequência da difusão dos temas, informações e opiniões”.

Em suma, analisando o processo evolutivo da panóplia de conclusões atingidas pelas várias teorias anteriormente mencionadas, percebe-se que as mesmas se relacionam intimamente com o período histórico e, consequentemente, com o contexto social em que

são estudadas. As oscilações do clima social parecem influir, substancialmente, no comportamento concernente aos meios de comunicação de massas.

Assim, segundo James Carey (1978, p. 115), “nos anos trinta, os efeitos dos *mass media* eram considerados relevantes devido à grande depressão e ao facto de a situação política que provocou a guerra criar um terreno fértil para a produção de um certo tipo de efeitos. Do mesmo modo, a tranquilidade dos anos cinquenta e sessenta conduzia a um tipo de efeitos limitados. No final dos anos sessenta, um período de conflitos, tensões políticas e crise económica contribuiu para tornar fundamentalmente vulnerável a estrutura social e, por conseguinte, para a tornar permeável à comunicação dos *mass media*”.

#### **1.4.5. Teoria do *agenda-setting***

Antes de iniciarmos a descrição desta teoria, importa, primeiramente, referir que ela consubstancia uma mudança de paradigma nos estudos dos efeitos da comunicação de massas.

Por conseguinte, de acordo com Noelle-Neuman (1973, 1983) esta alteração do paradigma de investigação sobrevém, fundamentalmente, da refutação parcial da teoria dos efeitos limitados. Entenda-se, as afirmações de Lazarsfeld et al. (1944) em *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign* generalizavam, perigosamente, tendo em consideração apenas a resposta individual a inquéritos, que no campo de acção da comunicação política, as mensagens dificilmente podem alterar a opinião dos indivíduos, podem, sim, reforçar atitudes pré-existent.

Ora, segundo a autora esta teoria adequa-se, perfeitamente, aos grandes aparelhos de comunicação de massas, bem como à própria imagem profissional dos jornalistas, uma vez que permite preservá-los de pressões e controlos sociais que seriam, indubitavelmente, superiores caso se acreditasse no ideário de influência maciça por parte dos meios de comunicação de massa (Noelle-Neuman, 1983).

Além disto, como afirmou o casal Lang “a focalização da investigação abandonou a persuasão, virando-se para as mudanças sofridas por determinados assuntos na paisagem política” (Lang & Lang, 1981, p. 448), ou seja, a mudança de orientação concernente aos efeitos cognitivos da comunicação de massas, refutou o estudo das atitudes dos indivíduos como sendo o âmago da investigação da comunicação e, concomitantemente, da actividade dos *media* na mutação das mesmas por inerência da sua actuação persuasiva.

Por outras palavras, “abandona-se, pois, a busca dos efeitos directos sobre a audiência e a noção de efeito como mudança de atitude ou conduta e chegamos a uma nova definição: o efeito como influência indirecta exercida sobre a formação da percepção do meio em relação com outras instituições do sistema social, também estratégicas no conjunto da acção social” (Saperas, 2000, pp. 46-47).

Desta forma, podemos caracterizar as principais disparidades entre o antigo e o novo paradigma na investigação sobre os efeitos cognitivos, como sendo as seguintes: abandona-se o estudo de casos particulares, mormente campanhas, sejam elas políticas, publicitárias, informativas ou propagandísticas, passando-se a cobrir de forma ecuménica todo o sistema dos *mass media*, atribuindo enfoque a determinadas áreas temáticas; abdica-se da excisão de dados, fundamentalmente, mediante entrevistas realizadas ao público, passando a utilizar-se metodologias integradas e complexas; e, renuncia-se ao estudo das mudanças de atitudes e opinião, para se perceber o processo pelo qual o indivíduo altera a sua própria concepção da realidade social (Noelle-Neuman, 1983).

Quanto à sua designação a “expressão *agenda-setting* é um termo denominado com bastante êxito por comunicólogos norte-americanos e já transcendeu toda bibliografia internacional até ser reconhecido e obrigado como termo de referência comum” (Maciel, 2004, p. 3), por conseguinte, também neste trabalho iremos empregar esta denominação.

Posto isto, importa agora discorrer sobre a teoria supramencionada. Assim, podemos afirmar que a pedra basilar no seu desenvolvimento consiste no, sobejamente conhecido, artigo de McCombs e D. Shaw (1972) *The agenda-setting function of mass media*, o qual propiciou um célere medrio desta modalidade de investigação.

Ora, definindo a teoria do *agenda-setting* parafraseando o investigador mais emblemático no estudo concernente ao estabelecimento da agenda temática por parte dos *mass media*, leia-se, McCombs (cit. in Saperas, 2000, p. 56), “a ideia básica da «Agenda-Setting» afirma a existência de uma relação directa e causal entre o conteúdo da agenda dos *media* e a subsequente percepção pública de quais são os temas importantes do dia (...)” o que propicia “(...) uma aprendizagem directa por parte dos membros do público relativamente à agenda dos *media*. Obviamente as pessoas podem apreender só as mensagens a que se expõe (...). A «Agenda-Setting» origina-se no âmbito geral relativo ao modo como as pessoas organizam e estruturam o mundo ao seu redor (...)” (McCombs, cit. in Saperas, 2000, p. 56).

Posteriormente, E. Shaw (1979, p. 96) enuncia que a teoria do *agenda-setting* defende que “em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de



informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas”.

Esta enunciação clássica da teoria do estabelecimento de uma agenda temática alicerça-se em grandes nomes da investigação da comunicação (Lippmann, 1922; Lang & Lang, 1981; Noelle-Neumann, 1973), mencionando que o *agenda-setting* não defende que os *mass media* queiram persuadir, mas, sim, que estes descrevendo e precisando a realidade exterior mostram ao público um catálogo de temas sobre os quais é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto capital do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é facultada, por empréstimo, pelos meios de comunicação de massas (E. Shaw, 1979).

Como aludiu Cohen (1963, p. 13), a imprensa “pode a maior parte das vezes, não ter sucesso em dizer às pessoas o que pensar, mas tem um sucesso espantoso a dizer aos seus leitores sobre o que pensar”. Todavia, os “progenitores” desta teoria vão mais longe ao afirmarem que “os *media* não só nos dizem sobre o que é que podemos pensar, como também nos dizem como pensar sobre isso; portanto, consequentemente, o que pensar” (McCombs & D. Shaw, 1993, p. 65).

Desta forma, podemos afirmar que o efeito do *agenda-setting* consiste num encaminhamento/orientação sofrida pelas mentes dos indivíduos, mediante a presença de uma panóplia de temas encarados como preocupação pública, em prejuízo de outros que não são sequer aludidos, dada a selecção prévia de conteúdos efectuada pelos meios de comunicação de massas.

Quanto ao objecto de estudo concernente a este tipo de investigação, identificámos três linhas mais relevantes (Saperas, 2000): a agenda dos *media* (composição e formação); o reconhecimento das agendas; e, o parâmetro temporal na teoria do *agenda-setting*, entenda-se, o estudo do *time-frame* (quadro temporal).

No que concerne ao primeiro objecto de estudo, de acordo com Saperas (2000), percebe-se que este tipo de investigação se direcciona para o reconhecimento da agenda dos *media*, ou seja, para o conjunto de temas que constituem o discurso dos meios de comunicação de massas.

Importa também aludir à existência de determinados itens de actualidade, ou *salience*, presentes no discurso dos *media*. Ora, os itens de actualidade tratam-se das unidades de conteúdo que, consideradas no seu todo e dada a sua repetição durante um determinado período de tempo, definirão a agenda dos meios de comunicação de massas.

Os itens de actualidade complementam-se mediante o conceito de *issue*, o qual podemos definir como a unidade de conhecimento/saber público ou colectivo. Este termo releva, sobremaneira, neste tipo de investigação, pois trata-se da ponte de ligação entre a agenda dos *media* e a agenda pública (Saperas, 2000).

Assim, as unidades de conhecimento público parecem constituir-se através da percepção dos itens de actualidade, previamente analisados, efectuada pela audiência. Entenda-se, “se os itens de actualidade «*salience*» nos identificam o resultado da selecção da informação e do tipo de exposição a realizar em cada *media*, as unidades de conhecimento público «*issues*» definem-nos as unidades temáticas presentes nos *media* que determinarão as cognições da audiência; ou seja, o que é que esta percebe do seu meio e com que capacidade de discriminação temática” (Saperas, 2000, p. 64).

Todavia, é de salientar que neste âmbito de estudo existe alguma “confusão terminológica” (Saperas, 2000, p. 63) propiciada pela utilização errónea da terminologia por parte dos investigadores da agenda temática.

Seguidamente, discorreremos relativamente ao segundo objecto de estudo, entenda-se, o reconhecimento das agendas temáticas. Por conseguinte, esta modalidade de investigação identifica quatro tipos de agendas, cujas categorias vão do nível individual ao colectivo.

Assim, primeiramente consideramos a presença de uma agenda intrapessoal que se constituiu como o aglomerado de temas de actualidade à disposição um indivíduo isolado, ou seja, sobre o que pensa e com que nível de acuidade (Saperas, 2000). Esta agenda forma-se mediante aquilo que McLeod, Becker e Byrnes (1975, p. 43) denominaram de realce individual ou “*individual issue salience*”.

Em segundo lugar, percepçiona-se a existência de uma agenda interpessoal que trata do conjunto de temas de actualidade que se revelam através da discussão interpessoal, isto é, a quantidade de importância concreta conferida a um tema, no interior de uma rede de relações. Por outras palavras, consiste no conjunto de itens de actualidade que os indivíduos presumem ser de interesse superior para os restantes indivíduos. A formação desta agenda ocorre a partir daquilo que se intitulou de realce captado ou “*perceived issue salience*” (Becker et al., 1975, p. 43).

Em terceiro lugar, reconhecemos a agenda dos *media* constituída pelo conjunto de temas de actualidade que integram os meios de comunicação de massas durante um dado intervalo temporal.

Finalmente, reconhece-se a agenda pública como sendo o aglomerado de temas que reivindicam a atenção pública num determinado hiato de tempo. A constituição desta última agenda sobrevém daquilo que acabou por se designar realce comunitário ou “*community issue salience*” (Becker et al., 1975, p. 43).

DeGeorge (1981, p. 222, itálicos do autor) resumiu excelentemente o acima mencionado afirmando que “o processo de estabelecimento da agenda temática pode examinar-se do ponto de vista daquilo sobre o qual uma pessoa *pensa* (intrapessoal), daquilo sobre o qual *falam* esta ou aquela pessoa (interpessoal) ou daquilo sobre o qual eles pensam que os *outros falam* (percepção dos temas *comunitários* de actualidade)”.

O estudo da agenda temática considera também a relação entre as agendas dos *media* e agenda pública. Becker et al. (1975), bem como DeGeorge (1981) afirmam a existência de uma tripartição de modelos concernentes à capacidade de estabelecimento de agenda temática. Assim, considera-se o modelo do conhecimento, ou *awareness model*, que pressupõe que o público conhece os temas que aparecem diariamente nos meios de comunicação de massas; o modelo das prioridades, ou *priorities model*, que acredita que a ordem de prioridades, leia-se, hierarquia definida pelos *media* determina a capacidade de discriminação temática da audiência, uma vez que o público responde aos mesmos critérios de prioridade existentes nos meios de comunicação de massas; por último, o modelo dos itens de actualidade, ou *salience model*, que conjectura uma maior ou menor atribuição de importância ao tema por parte do público mediante a presença de um item de actualidade nos meios de comunicação de massas durante um determinado intervalo de tempo. Trata-se, segundo DeGeorge (1981), do modelo intermédio comparativamente com os dois anteriores.

Finalmente, no que concerne ao objecto de estudo da teoria do *agenda-setting*, resta-nos aludir quanto ao quadro temporal adstrito ao agendamento.

Conforme aludiu Saperas (2000) antagonicamente à investigação atinente aos processos de persuasão, os efeitos de agenda ocorrem mediante um quadro temporal ou período de tempo para o qual os meios de comunicação de massas sugerem um tema em concordância com os itens de actualidade e no âmbito do qual o público reconhece esse tema e lhe confere um determinado grau hierárquico, ao nível da importância e prioridade, outorgado através da actuação dos *media*.

Desta forma, pode definir-se quadro temporal “como o período durante o qual a formação da agenda temática tem lugar” (Eyal, cit. in Saperas, 2000, p. 69). À luz das palavras de Eyal, Winter e DeGeorge (1981) em *The concept of time-frame in agenda-setting* podemos identificar cinco componentes do quadro temporal: quadro temporal (*time-frame*); parênteses temporal (*time lag*); duração da agenda dos *media* (*the duration of the media agenda measure*); duração da agenda pública (*the duration of the public agenda measure*); finalmente, e mais significativo, período óptimo para a determinação do efeito (*optimal effect span*).

Não obstante a relevância dos demais, iremos apenas explicar o conceito de período óptimo para a determinação do efeito, parafraseando Saperas (2000, p. 70) trata-se do “período de tempo em que se produz uma maior intensidade na ligação entre a ênfase manifestada numa agenda dos *media* e a ênfase obtida na agenda pública”. Assim, importa que as pesquisas concernentes ao quadro temporal para o estabelecimento da agenda temática incidam, fundamentalmente, nesta problemática.

Considerando o que foi consignado quanto ao *time-frame*, releva, ainda, apontar que este é talvez o âmbito de investigação mais ignoto no que respeita ao estudo sobre o estabelecimento da agenda temática (Saperas, 2000; Wolf, 1987).

Por fim, resta discorrer quanto aos factores intermediários entre o comunicador e a audiência que influem no estabelecimento da agenda temática. Ora, estes factores afectam a susceptibilidade do público para aceitar como agenda intrapessoal a agenda temática proposta pelos *media* (Saperas, 2000).

Saperas (2000) enunciou os seguintes factores intermediários: o quadro temporal; a proximidade geográfica do tema relativamente aos membros da audiência; a natureza, entenda-se, o conteúdo das unidades de conhecimento público, dos temas disseminados pelos meios de comunicação de massas; a credibilidade da fonte de informação; e, as qualidades da audiência.

#### **1.4.6. Teoria do *gatekeeper***

O termo *gatekeeper*, ou guarda do portão, foi introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin em 1947, num artigo atinente às decisões domésticas respeitantes à compra de alimentos (Traquina, 2002). Este conceito foi posteriormente aplicado ao estudo da informação jornalística por David M. White, em 1950, no artigo *The gatekeeper: A case study in selection of news*.

White (1950) concentrou o estudo do *gatekeeping* nos jornalistas, considerados isoladamente, que controlam o processo de produção da informação, ao seleccionarem, ou não, as informações provenientes das agências ou dos acontecimentos que ocorrem no meio. Estes ao classificarem-nas como interessantes/relevantes para o público, isto é, permitindo que passem nos portões (*gates*), entenda-se, áreas de decisão, irão influir directamente na publicação, ou não, dessa notícia. (Saperas, 2000; Traquina, 2002).

De acordo com White (1950, p. 385) a actividade do *gatekeeper*, trata-se, então, do resultado de uma acção individual e “extremamente subjectiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*”.

Todavia, Gieber (1956), Hirsch (1977), bem como McCombs e Shaw (1976), vieram refutar as conclusões de White. Primeiramente, Gieber (1956) afirma que o factor preeminente no desempenho do *gatekeeping* é o ónus da estrutura burocrática da organização e não as avaliações/concepções pessoais do jornalista, entenda-se, *gatekeeper* (Traquina, 2002).

Seguidamente, na década de 1970, tanto McCombs e Shaw (1976) como Hirsch (1977) utilizaram a noção de *gatekeeper* no âmbito institucional concernente aos critérios de selecção das notícias determinados pelas próprias características imanes das organizações (Saperas, 2000; Traquina, 2002; Wolf, 1987).

Assim, o enfoque referente à função de *gatekeeper* passa a ser atribuído à organização ou instituição emissora, e não ao jornalista individualmente, segundo Hirsch “(...) *as normas profissionais superavam as distorções subjectivas*” (Hirsch, cit. in Wolf, 1987, p. 160, itálico do autor), por outras palavras, “o carácter individual da actividade do *gatekeeper* é ultrapassado, acentuando-se, em particular, a ideia da selecção como um processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de *feed-back*” (Wolf, 1987, p. 161).

Breed (1955) no seu estudo sobre controlo social das redacções foi mais longe ao afirmar que a fonte primordial de expectativas, orientações e valores profissionais do jornalista não é o público, mas, sim, o grupo de referência composto pelos seus colegas e superiores. Ou seja, o jornalista na sua actividade diária “em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, ele redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redactorial” (Breed, 1955, p. 335).

Posto isto, importa, ainda, aludir que o estudo do estabelecimento da agenda temática mencionado no tópico anterior atribuiu uma nova acuidade ao papel do *gatekeeper*, pois tratando-se estes “dos profissionais que, individual ou organizativamente, determinam

os itens de actualidade avaliados como relevantes em cada momento” (Saperas, 2000, p. 64), desempenham uma importante função, mormente “ao realizar a selecção dos temas, ao determinar o grau de relevância do tema” (Saperas, 2000, p. 61), bem como ao determinar o período de permanência de um tema nos *media* e ao destacar quais são os conflitos de maior presença pública no processo de *agenda-setting* (Saperas, 2000).

### 1.5. A notícia

Robert Ezra Park, em 1941, na sua obra *News as a form knowledge*, aludiu à importância da notícia, definindo-a como “uma das formas mais elementares de conhecimento” (Park, cit. in Frazier & Gaziano, 1979, p. 20). A notícia é por isso, como afirma Tuchman (in Saperas, 2000) uma autêntica instituição social provida de um manifesto carácter público. Por conseguinte, à luz das palavras de Park (cit. in Frazier & Gaziano, 1979, p. 20) “todos nós vivemos num mundo do qual somos o centro, e as dimensões deste mundo definem-se pela direcção e distância com que as notícias nos alcançam”, ou seja, as notícias acabam por ser, inúmeras vezes, a única forma de alguns indivíduos contactarem com aquilo que se passa no exterior da sua rede de relações sociais.

As notícias são então encaradas como a origem da construção da realidade social por parte dos *media* (Tuchman, in Saperas, 2000), entenda-se, “a notícia é uma janela para o mundo (...) a notícia tende a dizer-nos o que queremos saber, o que precisamos saber e o que deveríamos saber” (Tuchman, cit. in Saperas, 2000, p. 50), são “«óculos» para ver o mundo e para o construir” (Traquina, 2002, p. 203). Segundo Cascais (2001, p. 116) “as notícias reflectindo a realidade através dos olhos dos jornalistas, acabam por ser a matéria de que a própria realidade é feita aos olhos do público”.

Estas consistem, portanto, no resultado de produção caracterizado pela percepção, selecção e transformação de uma matéria-prima, leia-se, os acontecimentos, num produto final (as notícias). Os acontecimentos, que Rodrigo (cit. in Fontcuberta, 1999, p. 17) definiu como “toda a comunicação sobre uma variação do sistema com o qual os indivíduos integrados nesse sistema se possam sentir relacionados”, compõem um enorme domínio de matéria-prima, o escalonar deste recurso compreende a selecção do que será tratado e, por conseguinte, influi na escolha dos acontecimentos que se consideram ser merecedores de obter a existência pública de notícia, ou seja, que são noticiáveis (Traquina, 1999). Assim, são três os elementos fundamentais de uma notícia: “o

acontecimento (que implica uma acção), uma informação (o relato compreensível da acção) e o público (a quem é dirigida esta informação)” (Cascais, 2001, p. 116).

Quanto à questão da noticiabilidade (*newsworthiness*) dos acontecimentos (Cascais, 2001; Wolf, 1987), percebe-se que os factores de noticiabilidade são as propriedades dos acontecimentos que os caracterizam como noticiáveis e, por conseguinte, que os tornam capazes de serem notícia. De entre estes factores “contam-se, além da linha editorial do órgão de informação, a actualidade, proximidade, novidade, raridade (rupturas com a normalidade, com o previsto), importância (medida nomeadamente pelas consequências dos factos), actores sociais envolvidos (...) duração no tempo (é mais noticiável o acontecimento cuja localização e duração no tempo se adapte ao ritmo e horas de funcionamento dos media ...) conflituosidade (...) concorrência (selecciona-se porque o órgão concorrente o fez, ou vai fazer)” (Cascais, 2001, p. 117).

Podemos então de uma forma prática definir a notícia como um texto habitualmente curto ou conjunto diminuto de imagens representativas de um acontecimento (Cascais, 2001) que pretende responder às questões clássicas do jornalismo e que revestem de maior pertinência, “os *cinco WW* devido à sua raiz anglo-saxónica: *o que (what)* sucedeu; *quem (who)* são os protagonistas; *onde (where)* sucedeu; *quando (when)* sucedeu, e *porque (why)* sucedeu” (Fontcuberta, 1999, p. 60, itálico do autor) ao qual se junta, por vezes, o *como* sucedeu.

No que concerne à sua estrutura interna, a notícia constitui-se de dois elementos precípuos: o *lead*, ou núcleo fundamental da notícia, tratando-se do primeiro parágrafo da notícia, cuja incumbência é explicar o âmago do acontecimento e captar a atenção do receptor; e, o corpo, que desenvolve a notícia, devendo conter os dados que explicam e ampliam o *lead*, e, se necessário, dados que auxiliem na contextualização da notícia, bem como material secundário/acessório (Fontcuberta, 1999).

## **1.6. Agências noticiosas: a agência Lusa**

Após esta breve exposição do que é a notícia, importa discorrer sobre um serviço que é ainda, hodiernamente, apesar da existência da Internet, indispensável para os restantes meios de comunicação de massas pela sua enorme capacidade na circulação de notícias ao nível mundial, entenda-se, as agências noticiosas, também comumente denominadas de agências de informação ou de imprensa (Faria, in Castro, 1972).

Assim, à luz das palavras de Cascais (2001, p. 23), as agências noticiosas são “órgãos de comunicação social que recolhem, tratam e distribuem informação aos restantes meios de comunicação a partir de uma rede de delegações e correspondentes que cobre um vasto espaço territorial e usando complexos meios de telecomunicações”, cuja sua criação e utilização massiva se prende, fundamentalmente, com motivos económicos, pois o custo dos correspondentes no estrangeiro é infinitamente superior à assinatura do serviço de uma agência (Wolf, 1987).

No que concerne à territorialidade, as agências dividem-se em nacionais (recolha e distribuição de informação no espaço nacional), internacionais e mundiais (as que abarcam quase a totalidade do globo, como a Reuter, France Presse ou Associated Press) (Cascais, 2001). Quanto ao seu estatuto jurídico, as agências podem ser privadas, oficiosas ou oficiais, note-se que estas últimas “funcionam como verdadeiros órgãos de Poder constituído” (Castro, 1972, p. 48) sendo comuns em regimes ditatoriais.

Importa, também, salientar que embora todos os *media* devam obtemperação na difusão do seu conteúdo noticioso ao rigor da notícia, as agências de informação muito mais, pois “um descuido e é como um espirro a transformar-se numa epidemia. A agência amplia e multiplica (à escala nacional e internacional) qualquer falta de rigor” (Cascais, 1999, p. 126), assim, conquanto se exija rapidez na disseminação das notícias, esta “não pode ser exercida com o sacrifício da precisão e da exactidão. A notícia de agência deve ser “completa, isenta e rigorosa” (Lusa Agência de Noticias de Portugal, 2011, p. 3).

Posto isto, releva agora, explicitar, sucintamente, de que se trata a agência Lusa. Ora, a Lusa é a “agência noticiosa portuguesa de dimensão nacional, mas com alguma implantação internacional. (...) A generalidade dos principais órgãos de informação portugueses são assinantes do serviço informativo (texto e foto, geral ou especializado) da Lusa, que também fornece serviços noticiosos a jornais regionais, rádios locais e órgãos de informação das comunidades portuguesas no estrangeiro. Os *media* dos países africanos de língua oficial portuguesa recebem igualmente o serviço informativo da Lusa, a qual serve um universo de 800 clientes permanentes, incluindo portais na Internet” (Cascais, 2001, pp. 21-22).

A agência tem, também, sensivelmente 200 jornalistas entre a sede (Lisboa), o resto do país e o estrangeiro. Possui correspondentes e delegações em todas as capitais de distrito, que caracteriza a maior rede de recolha de informação do país, bem como em todos os países de língua portuguesa em África, Timor-Leste e Brasil, constituindo-se, ainda, de delegações em Macau, Pequim, Madrid e Bruxelas e correspondentes



permanentes numa larga panóplia de capitais e cidades europeias e africanas (Cascais, 2001).

Por conseguinte, para o cabal cumprimento do serviço noticioso e informativo de interesse público a que se encontra adstrita, constituem obrigações da Lusa (<http://www.lusa.pt/info.aspx?page=servicopublico>): produzir um serviço de notícias global, sobre os mais relevantes factos da actualidade nacional e internacional, mormente nas áreas política, diplomática, social, económica, do desenvolvimento regional e local, cultural e desportiva, susceptível de contribuir para a informação dos cidadãos e o exercício da cidadania, bem como para a promoção da coesão nacional e a projecção dos interesses nacionais no exterior. É, também, expectável que no exercício da sua actividade a agência Lusa produza um número médio de notícias que respeite os parâmetros seguintes: texto (entre 300 e 400 notícias/dia); fotografia (entre 30 e 50 fotos/dia); áudio (entre 10 e 20 registos/dia); vídeo (entre 5 e 10 registos/dia).

## **2. Polícia**

### **2.1 Perspectiva orgânica e funcional: caracterização, missão e actividade**

A vida em sociedade, devidamente estruturada e organizada, tal como a conhecemos, só é possível devido à existência de regras e condutas que, sendo respeitadas, possibilitam uma vivência harmoniosa entre os cidadãos. A tranquilidade, segurança e salubridade públicas contribuem para a manutenção da ordem pública exigida num Estado de direito democrático, ou seja, a própria segurança interna depende do equilíbrio existente na comunidade, equilíbrio esse, levado a cabo pelas forças de segurança, ainda que coadjuvada por outros actores sociais.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) no seu art. 272.º, n.º 1, consagra a missão da Polícia: “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. Canotilho e Moreira (1993, p. 955, itálico dos autores) referem que “a distinção aqui feita entre defesa da legalidade democrática e garantia da segurança interna mostra que a primeira não coincide com a função tradicional de defesa da «ordem pública», que abrangia a defesa da *tranquilidade* (manutenção da ordem na rua, lugares públicos, etc.), da *segurança* (prevenção de acidentes, defesa contra catástrofes, prevenção de crimes) e da *salubridade* (água, alimentos, etc.)”. Os autores sublinham, ainda, que “o sentido mais consentâneo com o contexto global do preceito estará, porventura, ligado à

ideia de garantia de respeito e cumprimento das leis em geral, naquilo que concerne à vida da colectividade” (Canotilho & Moreira, 1993, p. 956).

Assim, a Polícia, através da sua actividade, encontra-se vinculada a fazer cumprir a lei, cuja missão se encontra plasmada no n.º 3 do art.º 272.º da CRP, ou seja, a prevenção de crimes, “incluindo os crimes contra a segurança do Estado”, não perdendo de vista o respeito pelo princípio da tipicidade legal e princípio da proibição do excesso (neste último princípio deve ter-se em consideração a necessidade, a exigibilidade e a proporcionalidade), com respeito pelos direitos dos cidadãos, sendo a defesa destes direitos não apenas um limite da actividade da polícia mas um dos fins da sua função (Canotilho & Moreira, 1993). O n.º 4 do art. 272.º da CRP remete-nos para as leis orgânicas das forças de segurança, a saber a Lei Orgânica da PSP (Lei n.º 53, 2007) e a Lei Orgânica da GNR (Lei 63/2007), sendo que apenas a primeira será alvo do nosso estudo.

A Lei Orgânica da PSP (LOPSP) estabelece, no seu art. 1.º, n.º 2, qual a missão da PSP: “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei”. A mesma lei orgânica, no seu art. 3.º, n.º 2, preceitua ainda como atribuições da PSP: “a) garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito; b) garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens; l) garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei (...)”. O art. 4.º da mesma lei é muito claro quanto à missão da PSP no que concerne à sua acção, servindo para a manutenção da ordem pública, não devendo dirimir conflitos de natureza privada. No fundo, a actuação policial deve pautar-se pela prossecução da legalidade democrática, pela defesa dos cidadãos e pela garantia da segurança interna.

Percebemos então que é incumbência da PSP a manutenção da ordem pública, assim como a garantia da própria segurança e defesa dos direitos dos cidadãos. Nas palavras de Valente (2009, p. 95), a segurança “como bem jurídico colectivo ou supra-individual não pode ser vista nem uma perspectiva limitativa dos demais direitos fundamentais, mas, tão só e em uma visão humanista e humanizante, como garantia da liberdade física e psicológica para usufruto pleno dos demais direitos fundamentais”.

Perante esta realidade, impõe-se a concepção de uma força colectiva, entenda-se, Polícia, “capaz de promover e garantir, em níveis aceitáveis, a segurança dos cidadãos e

dos seus bens, o que onera o Estado de direito democrático a consagrar aquela como sua tarefa fundamental” (Valente, 2009, p. 95), ou seja, compete à PSP, como força de segurança, garantir a liberdade de gozo dos direitos fundamentais dos cidadãos, de entre os quais, se enquadra a participação em grandes eventos como são as manifestações de cariz político.

A Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53, 2008) estabelece esse preceito logo no seu art. 1.º, n.º 1 quando refere que “a segurança interna é a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”. Neste sentido Valente (2009) reitera que a segurança interna deve objectivar primordialmente a materialização do princípio edificante de qualquer Estado moderno, entenda-se, o respeito da dignidade da pessoa humana mediante a promoção de uma ordem e, de uma segurança e tranquilidade públicas, que seja “capaz e eficiente na protecção das pessoas contra quaisquer ameaças ou agressões de outrem ou dos próprios poderes públicos que ponham em causa a sua vida, a sua integridade física ou moral, que seja eficaz não só na protecção, como também na promoção do bem-estar material das pessoas, que passa pela protecção dos seus bens (...)” (Valente, 2009, p. 99).

A própria protecção das pessoas e dos seus bens, assim como a garantia da segurança e a manutenção da ordem pública pode implicar, e implica quase sempre, uma limitação dos próprios direitos, liberdades e garantias dos cidadãos como forma de se efectivar a vida em sociedade de forma pacífica. Desta forma, Andrade (2010, p. 267) defende que “além dos «limites» do subsistema jusfundamental, que resultam das situações de conflito entre os diferentes valores que representam as diversas facetas da dignidade humana, os direitos fundamentais têm também limites «externos», pois hão-de conciliar as suas naturais exigências com as imposições próprias da vida em sociedade: a ordem pública, a ética ou moral social, a autoridade do Estado, a segurança nacional, entre outros”. Essa limitação torna-se, portanto, essencial e inevitável para a prossecução da estabilidade social, manutenção da ordem e segurança públicas.

Muito embora a CRP não consagre de forma específica e directa o dever ou a importância de assegurar a ordem pública, podemos verificar que o n.º 2 do art. 16.º da Lei Fundamental faz a remissão para o Direito Internacional ao referir que “os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e

integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem”, remetendo-nos para o art. 28.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) onde se faz menção à necessidade da existência, no plano social e no plano internacional, de uma “ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades”. O mesmo diploma realça no seu art. 29.º que no direito a essa ordem “ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática”. Assim, apesar da lei constitucional não aludir concretamente quanto à manutenção da ordem pública como forma de criar bem-estar social, verificamos que essa situação se encontra salvaguardada pelo direito internacional, todavia, também na Lei de Segurança Interna e nas leis orgânicas das forças de segurança a manutenção da ordem pública se encontra devidamente plasmada.

Como defende Oliveira (2000, p. 87) “sendo a ordem pública entendida como um critério superior inspirador das normas que regulam interesses vitais de uma determinada sociedade, é por demais evidente que os direitos, liberdades e garantias são um dos primeiros interesses essenciais e vitais prosseguidos por uma sociedade democrática”.

Contudo, não obstante a importância na salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias, não devemos esquecer que a própria regulação da ordem pública advém de uma restrição implícita por oposição a restrições próprias consignadas na CRP (Faria, 2001). Neste sentido, num Estado de direito democrático, a função primordial da polícia é a prevenção do perigo para a ordem e segurança públicas, muito embora a prevenção do perigo para o cidadão seja também importante (Sousa, 2003). A protecção da ordem pública e a segurança interna assumem um papel essencial cuja ameaça pode colocar em causa a própria estabilidade de um Estado de direito democrático.

Assim, há quem defenda que o papel da Polícia vai muito além da prevenção criminal: “a polícia urbana ou de segurança pública tem uma função social de fazer respeitar a paz pública (lutando e prevenindo os ruídos, as desordens, assim como a delinquência) interpondo-se nos conflitos interpessoais (...). Esta polícia visa assegurar a tranquilidade pública (...). A polícia é, assim, definida juridicamente como uma função específica do Estado e como uma actividade de manutenção da ordem pública, necessária à existência de qualquer sociedade” (Oliveira, 2006, pp. 104-106).

A instabilidade social remete para um mal-estar económico, social e mesmo cultural, resultando numa desconcertação social que pode conduzir ao vandalismo e à

anarquia. Nesse caso, depressa se instala o caos e a degradação socioeconómica, deixando de existir a própria liberdade para o exercício dos direitos fundamentais. Por conseguinte, “a ordem pública não deixa de ser uma situação de legalidade e moralidade normal, apurada por quem tenha competência para isso sentir e valorar. A ordem pública, em outras palavras, existirá onde estiver ausente a desordem, os atos de violência, de que espécie for, contra pessoas, bens ou o próprio Estado. A ordem pública não é figura jurídica, embora dela se origine e tenha a sua existência formal” (Filho, 2003, p. 26). A ordem pública abarca um âmbito mais abrangente, no qual se encontra o conceito de segurança pública, como estado “antidelitual”, decorrente da execução das leis penais, através de actuações policiais repressivas ou preventivas tipificadas e em consonância com a lei, na limitação das liberdades individuais (Filho, 2003).

Cabe, portanto, à Polícia, como longo braço da lei e prossecutor da legalidade democrática, promover, defender e repôr a segurança interna (quando esta seja ameaçada e posta em causa) de acordo com os princípios norteadores de um Estado de direito democrático. Como defende Valente (2009, p. 105), “a omissão da função «garantir a segurança interna» é uma ofensa grave ao ideário constitucional de construção de um Estado ao serviço do cidadão e edificador de um espaço de segurança e de liberdade nacional, regional e internacional”.

Em suma, hodiernamente a Polícia procura distanciar-se, como afirma David Waddington (2007, pp. 190-191), “da concepção da escalada de força em ordem pública relativamente coerciva e de confronto preferindo uma abordagem mais soft baseada na negociação”.

## **2.2 A actuação policial em grandes eventos de índole política**

No séquito da caracterização da Polícia do ponto de vista jurídico, importa, agora, discorrer quanto à actividade policial nos grandes eventos de cariz político. Assim, de uma forma ecuménica, a Polícia visa, no contexto dos grandes eventos políticos, criar condições para que, apesar dos constrangimentos inerentes a este tipo de acontecimentos, o quotidiano decorra dentro da normalidade com o mínimo de problemas possíveis, bem como garantir a segurança de todos os intervenientes.

Neste género de eventos impõe-se à Polícia que se reorganize com o intuito de cumprir cabalmente a missão<sup>2</sup> que lhe está adstrita, de entre as quais destacamos a prevenção (com a colocação do seu dispositivo no terreno), as informações policiais e providenciar uma estratégia de acção policial informada, mormente, com recurso às relações públicas (RP). No que concerne às RP, fala-se, presentemente, em gestão dos *media* (*media management*), cabendo à Polícia transmitir informações úteis ao cidadão (e.g. cortes de trânsito; comportamentos tolerados ou não tolerados), bem como informar os OCS, respeitando o princípio da necessidade de conhecer, dos circunstancialismos relativos ao acontecimento.

De acordo com o manual da EU-SEC<sup>3</sup> (2007) para a segurança em grandes eventos, concerne à Polícia realizar uma avaliação dinâmica do risco baseada nos seguintes aspectos: o assunto do evento; razões que motivaram a sua marcação; grupos envolvidos; impacto simbólico; potenciais conflitos. Estes tópicos devem ser observados e analisados de forma minuciosa pelas autoridades policiais.

No que respeita, especificamente, aos grandes eventos de natureza política, tendo a si atinentes protestos e manifestações e, conseqüentemente, cenários de contestação social, percebe-se que trazem um desafio de características diferentes de todos os outros à Polícia. Nestes eventos é incumbência da Polícia garantir e proteger os direitos consagrados constitucionalmente de todos os cidadãos, independentemente de concordarem, ou não, com os ideários e causas que motivaram o acontecimento.

Não obstante, a actuação policial deve respeitar, também, as normas legais que lhe estão adjacentes. Esta situação impõe uma estratégia de actuação equilibrada e, substancialmente, sensível para que possa fazer face à dicotomia entre “a liberdade dos direitos individuais e a segurança das pessoas e do evento em si” (EU-SEC, 2007, p. 73).

Por conseguinte, compete à Polícia actuar de forma preventiva com o intuito de precaver potenciais conflitos, daí as estratégias hodiernas de negociação, comunicação e diálogo (Waddington, 2007). Todavia, caso existam actos de violência ou criminais as medidas policiais passam a ser repressivas, intentando sempre o princípio da legalidade e da proporcionalidade, bem como dos restantes princípios edificadores da actividade policial.

---

<sup>2</sup> O cumprimento da missão policial funda-se, essencialmente, nos seus quatro pilares de actuação, entenda-se, prevenção, repressão, informações e investigação criminal.

<sup>3</sup> Manual do projecto EU-SEC (*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*, 2007), desenvolvido por consórcio internacional liderado pela UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*).

A vertente comunicacional releva, também, sobremaneira, neste tipo de acontecimentos. A Polícia deve, dentro do possível, explanar aos organizadores dos eventos, aos grupos envolvidos e ao público em geral, qual o seu papel (EU-SEC, 2007) demonstrando que a sua função é garantir a ordem e tranquilidade públicas, assim como permitir que o evento decorra em segurança, facilitando, sempre que possível, o papel dos outros actores presentes.

### **3. Problemática de investigação**

Terminado o enquadramento teórico atinente ao nosso trabalho, discorreremos, agora, quanto à formulação do problema de investigação cujo âmago se prende, fundamentalmente, com o conteúdo noticioso disseminado pela agência noticiosa portuguesa, leia-se, Lusa, no que concerne à actuação policial em grandes eventos de cariz político e, à influência, ainda que indirecta, que mediante esse conteúdo pode ser exercida na formação da percepção das pessoas relativamente às instituições do sistema social, mormente, a Polícia.

Assim, no séquito do estudo e explanação de várias teorias da comunicação, bem como dos efeitos cognitivos da comunicação de massas de que versam todas elas, importa mencionar que os autores estudados consideram que os OCS estão na génese de realidades e levam à partilha de códigos e representações sobre temas tidos como socialmente relevantes, podendo talvez, em nossa opinião, interferir na legitimidade percebida do poder instituído ao repercutir significados de ordem e desordem social.

Percebemos, também, após inúmeras leituras sobre esta temática que os OCS são, muitas vezes, a única forma de contacto do público com determinados temas e acontecimentos, isto é, as pessoas percebem a realidade social, onde se incluem grandes eventos de índole política, mediante as construções que os OCS lhe fornecem, acabando estes por serem um dos organismos mais elementares de difusão do conhecimento.

Quanto aos eventos de índole política que se constituem como parte integrante do nosso objecto de estudo, importa, destacar, que ano civil de 2011, fruto do clima de instabilidade e contestação social em que vivemos, se revelou rico neste tipo de acontecimentos. Por conseguinte, configura-se como um ano profícuo para o nosso estudo, dado que este género de eventos outorga, geralmente, uma grande visibilidade à actuação

policial, esperando-se, assim, que os OCS, mormente, a Lusa, lhes confira um destaque considerável.

Os grandes eventos supramencionados caracterizam-se pelo seguinte: elevado número de pessoas; ter um grande significado histórico ou político ou popularidade; risco de apoiantes/manifestantes; dispersão/concentração de outros eventos que possam ocorrer durante a realização do grande evento; grande número de pessoas; grande cobertura por parte dos *media*; e, grande presença de VIP'S (políticos, atletas, artistas, etc). Atente-se, todavia, que não é necessária a reunião, concomitantemente, de todas estas características para que possamos classificar um acontecimento de grande evento (EU-SEC, 2007).

Percebe-se assim que os grandes eventos são, geralmente, deveras complexos, não só pelo envolvimento dos vários tipos de actores que estão, comumente, associados a este tipo de acontecimento mas, também, pelos sentimentos, interesses e expectativas díspares que cada um deles confere ao evento.

Sendo a agência Lusa o maior fornecedor de notícias para os restantes órgãos de informação portugueses e mesmo internacionais, notícias essas que se constituirão como a pedra basilar na edificação noticiosa dos restantes meios de comunicação social, importa destacar os esquemas interpretativos que são emitidos para os restantes OCS e, conseqüentemente, para toda a sociedade percepcionando a existência, ou não, de prevalências no discurso de temas e formas de os transmitir, que nos auxiliem caracterizar o discurso concernente à actividade policial em grandes eventos políticos emanado pela Lusa.



## II. Método

### 1. Uma abordagem qualitativa

De forma simplificada, pode distinguir-se a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa através da assumpção de que a primeira pretende estudar as relações de causa e efeito, enquanto a segunda visa a descrição, descodificação e interpretação de fenómenos e realidades em determinados contextos (D'Oliveira, 2005). Desta forma, percebe-se que os dois métodos “levantam diferentes tipos de questões acerca dos dados, na forma como generalizam acerca da vida social” (Becker, 1996, p. 54).

Neste trabalho optou-se por uma abordagem qualitativa dada a proeminente necessidade de se procurar leituras dinâmicas da realidade com intuito de suplantar as leituras meramente causais (De Carvalho, in Serrão & Pais, 2006). O rigor não é um apanágio exclusivo da metodologia quantitativa (Vala, 1986). A abordagem qualitativa impõe que o mundo seja observado pensando que nada é fortuito, que tudo tem um potencial, uma razão que nos possibilita efectuar uma compreensão mais elucidativa do nosso objecto de estudo (Bogdan & Biklen, 1994).

Assim, Denzin e Lincoln (1994, p. 2) definem a abordagem qualitativa como um “multi-método em foco, que envolve uma abordagem interpretativa e naturalística da matéria subjectiva. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam coisas no seu contexto natural, procurando o sentido ou a interpretação de um fenómeno em termos dos significados que as pessoas trazem até eles”, por conseguinte, estamos perante a procura de uma explicação para fenómenos que são inacessíveis à experiência (Rey, 2000).

Duas vantagens evidentes dos estudos qualitativos prendem-se com a sua acuidade para a elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento ou variável de inferência precisa, e pela possibilidade de operarem sobre *corpus* diminutos e estabelecer categorias discriminantes (Bardin, 2002; Denzin & Lincoln, 1994).

Em grande parte dos estudos qualitativos não são utilizadas hipóteses. Neste tipo de abordagem, formulam-se antes questões de investigação (já previamente patenteadas). Importa ainda mencionar que neste género de trabalho, as hipóteses ou objectivos são deduzidos através da teoria (D'Oliveira, 2005). Quanto às metodologias utilizadas na abordagem qualitativa, percebe-se serem múltiplas e variadas, uma delas, sobre a qual

discorreremos posteriormente, é a análise da comunicação e da informação, leia-se, análise de conteúdo.

Este estudo reveste-se, também, de um carácter exploratório. Ora, segundo Yin (2003), este tipo de estudo surge no séquito da intenção de compreender fenómenos sociais complexos, uma vez que este método possibilita aos investigadores conservarem as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real.

## **2. Corpus**

Conforme o supramencionado, o presente estudo caracteriza-se por ser exploratório descritivo sobre o conteúdo das mensagens recorrendo para tal a fontes documentais que, neste trabalho, consistem nas notícias difundidas pela Agência Lusa no ano de 2011.

Uma vez definido o campo do *corpus*, importa que o mesmo obtempere a determinadas regras (Bardin, 2002), a saber: a regra da exaustividade, onde se intenta não excluir nenhum elemento que preencha os critérios de selecção; a regra da representatividade, onde a amostra tem de ser representativa do universo das comunicações, neste caso procurámos incluir todas as notícias que existissem e preenchessem os critérios; a regra da homogeneidade, que preconiza que os documentos seleccionados devem ser do mesmo tipo, neste trabalho apenas se analisou notícias; por fim, a regra da pertinência, que impõe que os documentos sejam adequados aos objectivos da investigação.

Bardin (2002, p.79) define o *corpus* como o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. Por conseguinte, o *corpus* deste estudo é composto por 114 notícias da Lusa, sendo o hiato temporal de pesquisa o ano de 2011. Para aceder às notícias sobre a actuação policial em grandes eventos foram utilizados os descritores “manifestação”, “policiamento”, “polícia”, “protesto”, “PSP”, “rasca”, “indignados” e “greve geral”, inseridos na base de dados da Agência Lusa, especificamente, no arquivo de texto.

## **3. Instrumento: Análise de Conteúdo**

Segundo Ferreira (2000) uma das coisas mais importantes para quem realiza uma pesquisa é a escolha do modo de analisar os dados. Desta forma, neste estudo optámos pela análise de conteúdo, dado ter sido utilizada uma abordagem exploratória e não termos encontrado obra científica específica ao objecto de estudo. Sendo o nosso desígnio

“descrever tendências no conteúdo da comunicação” (Weber, 1990, p. 9) das peças jornalísticas, e uma vez que a análise de conteúdo nos propicia o acesso a “indicadores de cultura que apontam o estado das crenças, valores, ideologias, ou outros sistemas de cultura” (Weber, 1990, p. 10), a análise de conteúdo constitui o instrumento que nos possibilita realizar inferências válidas com base no texto e relacioná-las com o seu contexto (Krippendorff, 1980; Weber, 1990).

No que concerne à análise de conteúdo (Bardin, 2002; Ghiglione & Matalon, 1992; Krippendorff, 1980; Pais, 2004; Vala, 1986; Weber, 1990), realizadas diversas leituras sobre o tema, percebe-se que inúmeros autores a definiram de formas distintas, todavia, Berelson (in Ghiglione & Matalon, 1992, p. 179) define análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Posteriormente, Krippendorff (1980, p. 21) diz-nos que a análise de conteúdo se trata de “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”. Bardin (2002, p. 42) completa esta definição do processo de análise do *corpus* como sendo um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Por conseguinte, a inferência consiste na interpretação dos dados contextualizados, alvitando uma análise de conteúdo que além do estudo da linguagem e do discurso em si, estuda também as características das condições de produção, procurando, ainda, de acordo com Vala (1986), os verdadeiros significados implícitos nas mensagens transmitidas. Bardin (2002, p. 30) considera que a análise de conteúdo é ajustável a todas as formas de comunicação, tendo uma função heurística, uma vez que se trata de um instrumento que “enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão para a descoberta”.

As vantagens desta técnica consistem na possibilidade de analisar material que não foi destinado para a investigação empírica e, por isso, não se encontra enviesado relativamente aos objectivos do estudo, assentindo o estudo de mensagens, fontes documentais, etc., dado que acede ao material sem o modificar. Trata-se, portanto, de uma técnica não obstrutiva da informação, que é sensível ao contexto e que pode ser estendida a diversos campos de aplicação (Bardin, 2002; Krippendorff, 1980; Vala, 1986). Weber (1990) vai mais longe ao considerar que o processo da análise de conteúdo viabiliza a

criação de indicadores quantitativos provenientes de mensagens ou dados qualitativos considerados num determinado contexto.

Contudo, apesar das inúmeras possibilidades do “conhecimento de objectos e fenómenos que, em alguma parte, não são directamente observáveis” (Pais, 2004, p. 250), é importante a questão relativa à qualidade da análise de conteúdo. Para que esta qualidade se verifique, as inferências realizadas só serão credíveis se os procedimentos forem submetidos a regras atinentes à sua fiabilidade e validade (Bardin, 2002; Ghiglione & Matalon, 1992; Krippendorff, 1980; Pais, 2004; Vala, 1986).

Não obstante, antes de discorrermos sobre esta matéria, importa, primeiramente, explicar o plano de análise a partir do qual se desenvolve tudo o que é concernente à análise de conteúdo. Assim, impõe-se definir os objectos de estudo e respectivo quadro de referência (Vala, 1986; Weber, 1990); formular questões norteadoras atinentes à temática em análise (Bardin, 2002); seleccionar o material a analisar; proceder à sua “leitura flutuante” (Bardin, 2002, p. 96) estabelecendo contacto com os documentos, permitindo que os mesmos nos invadam de impressões e orientações com o intuito de estabelecer as categorias e regras de codificação; a codificação em si e, finalmente, o tratamento dos resultados, que nos permitem realizar inferências e elaborar indicadores que alicercem a interpretação final (Bardin, 2002).

A primeira fase, onde seleccionamos os conceitos que determinarão a análise a que nos propomos realizar, releva substancialmente, pois a informação por si só não nos diz nada, é o investigador que lhe confere significado, tendo como pedra basilar o quadro teórico que escolheu (Krippendorff, 1980; Vala, 1986; Weber, 1990) e as regularidades do discurso que se vão revelando ao longo da pesquisa. De seguida seleccionamos os documentos a analisar, mediante o cumprimento das regras anteriormente mencionadas, constituindo o *corpus*. A fase seguinte prende-se com a definição das categorias relacionadas com o objecto de estudo, onde se incluem as unidades de análise/registo, procedendo à organização e agregação das unidades de registo em categorias. Este processo respeita critérios e procedimentos, sobremaneira, rigorosos (Ghiglione & Matalon, 1992; Vala, 1986).

Assim, de acordo com Vala (1986, p. 110-111) “uma categoria é habitualmente composta por um termo-chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito”. As nossas categorias são, portanto, conceitos gerais que emergiram da teoria e do *corpus*. De forma a garantir a consistência da codificação deve desenvolver-se um manual de

codificação (vd. Anexo 1) que se constitui nos nomes das categorias, e definições e/ou regras de atribuição dos códigos, com os respectivos exemplos (Weber, 1990). A uma categoria podem corresponder várias unidades de registo, sendo que estas dizem respeito às proposições consideradas significativas para o estudo em questão. Entenda-se, tratam-se das unidades de significação que devem ser codificadas e que correspondem ao “segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 2002, p. 104). Distinguem-se, ainda, unidades de registo formais (palavra, frase, parágrafo) e semânticas (tema).

À luz das palavras de Bardin (2002, p. 117) este processo de categorização consiste numa “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos”, podendo, conforme Henry e Moscovici (in Ghiglione & Matalon, 1992), ser definidas as categorias através de dois tipos de procedimento na análise de conteúdo: fechado e aberto/exploratório. Ora, no primeiro as categorias são definidas *a priori* com base no *corpus* teórico. No segundo, é do material analisado que emergem as categorias, evidenciando a informação veiculada pelas fontes documentais. Afigura-se bem patente a dicotomia entre ambos, contudo, é possível conjugá-los naquilo que Pais (2004) denominou de procedimento misto. Com efeito, foi este o procedimento utilizado neste trabalho, onde se definiram, mediante uma leitura flutuante de todo o material, algumas categorias iniciais mantendo, no entanto, uma atitude aberta ao que o *corpus* nos poderia oferecer. Em suma, o *corpus* teórico orienta a exploração do material, bem como concorre na emergência de novas categorias.

Posto isto, importa ressaltar que, para existir credibilidade em todo o processo de análise, se impõe que em todos os momentos a fiabilidade e validade (Bardin, 2002; Ghiglione & Matalon, 1992; Krippendorff, 1980; Pais, 2004; Vala, 1986; Weber, 1990) sejam asseguradas. Neste caso, a fiabilidade refere-se ao grau de confiança ou exactidão da informação obtida e é inerente a todo o processo de codificação, entenda-se, ao codificador e ao próprio instrumento. Ghiglione e Matalon (1992, p. 197) consideram que “os resultados devem ser independentes daqueles que os produzem”. Assim, para evitar interpretações díspares do mesmo conteúdo, o analista deve codificar o mesmo texto da mesma forma em momentos diferentes, trata-se da fiabilidade intra-codificador (Ghiglione & Matalon, 1992), correspondente ao critério da estabilidade (Krippendorff, 1980; Vala, 1986; Weber, 1990), bem como solicitar a leitura e codificação por um conjunto de juízes independentes, garantindo que diferentes codificadores/analistas codificam da mesma

forma, fala-se em fiabilidade inter-codificador (Ghiglione & Matalon, 1992), que Weber (1990) designa de critério da reprodutibilidade. Quanto à fiabilidade das categorias de análise, ou seja, no que concerne ao instrumento, o analista deve garantir que as categorias de análise não são ambíguas, permitindo dessa forma “classificar sem dificuldade a unidade de registo” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 197). Por seu turno, a validade é atinente a todas as etapas da análise de conteúdo (Vala, 1986), desde a constituição do *corpus*, à definição de categorias e unidades de registo, onde o investigador deve garantir que mede o que realmente pretende medir (Vala, 1986; Weber, 1990). Ghiglione e Matalon (1992, p. 198) definem a validade como a “adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos”, Krippendorff (1980, p. 155) diz-nos, ainda, que validade se trata da “qualidade dos resultados de investigação que levam a que estes sejam aceites como factos incontestáveis” e, que para o procedimento seja consistente e replicável, as regras adstritas ao processo devem ser explícitas e aplicadas igualmente a todas as unidades de análise.

Por conseguinte, as categorias têm de ser submetidas a um teste de validade interna, isto é, respeitar os critérios de exaustividade, onde todas as unidades de registo devem ser colocadas numa das categorias, sem que se exclua nenhuma; e, de exclusividade, em que uma mesma unidade de registo apenas deve ser inserida numa categoria (Bardin, 2002; Krippendorff, 1980; Vala, 1986). Para o alcance da fiabilidade e validade é, portanto, indispensável a clareza e justificação de todos os passos, para que, por exemplo, o estudo possa ser replicado (Pais, 2004).

Não obstante, mediante a familiarização com as categorias e regras de codificação que ocorre no decurso e aprofundamento da análise, corre-se sempre o risco de existirem inconsistências (Weber, 1990). Não podemos olvidar e desconsiderar, também, a problemática da fadiga que se encontra naturalmente adstrita aos codificadores humanos, podendo, assim, serem cometidos erros ao longo do processo (Weber, 1990). Todavia, os critérios de fiabilidade inter e intracodificar procuram, justamente, ultrapassar estes problemas.

Finalmente, resta aludir quanto à fase de tratamento dos resultados da análise. Nesta fase realizam-se inferências e interpretações consoante o que o *corpus* permite observar (Bardin, 2002). A interpretação é substancialmente relevante na análise de conteúdo, assim, compete ao investigador atribuir-lhe um significado, relacionando teoria, material e resultados (Vala, 1986; Weber, 1990).

#### **4. Procedimento: a pesquisa documental**

A pesquisa e recolha do material que se constitui como o *corpus* deste trabalho obedeceu a determinadas normas, por conseguinte, apresentamos a sua descrição para que seja possível compreender os passos dados e como se chegou às notícias que edificam o material para análise.

Ora, conforme o anteriormente mencionado o *corpus* deste estudo constitui-se das notícias emanadas pela agência Lusa, no hiato temporal do ano civil de 2011. Acedemos às notícias mediante a consulta da base de dados da Lusa (serviço disponível na *Internet*) através do perfil de utilizador, gentilmente, cedido pelo Jornalista Mário Caetano, da Lusa. Por este trabalho se centrar na análise documental, a pesquisa foi efectuada no “Arquivo de texto” da supramencionada base de dados, onde se preencheram os campos “Data de”; “Data até”; “Palavras no Conteúdo”; “País” e “Idioma”. Assim, nos campos data foi colocado de 01/01/2011 a 31/12/2011; no das palavras no conteúdo foram utilizados os descritores “manifestação”, “policimento”, “polícia”, “protesto”, “PSP”, “rasca”, “indignados” e “greve geral”; no do país inseriu-se Portugal; e, finalmente, no do idioma Português.

Desta forma, realizada a pesquisa por estes descritores obtivemos as seguintes notícias: 2431 em “manifestação”; 280 em “policimento”; 5000 em “polícia”; 3779 em “protesto”; 4087 em “PSP”; 374 em “rasca”; 346 em “indignados”; e, 941 em “greve geral”, perfazendo um total de 17148 notícias. Contudo, não nos interessavam todas as notícias, mas, sim, aquelas que respeitassem as regras/filtros por nós definidas(os), a saber: atentámos, primeiramente, a todas as que se referissem aos eventos de cariz político considerados neste trabalho, ou seja, as manifestações do 12 de Março (Geração à rasca), 19 de Março (CGTP), 29 de Maio (CGTP), 15 de Outubro (Indignados), 26 de Novembro (Indignados), e à greve geral de 24 de Novembro, findo este processo permanecemos com 641 notícias; seguidamente eliminámos as que se encontravam duplicadas por abarcarem no seu conteúdo dois ou mais descritores, restando 360 notícias; destas, interessaram-nos, somente, as que aludissem à actividade policial nestes eventos, assim, restaram 114 notícias, que se constituíram no nosso *corpus* de análise.

Após a recolha do material e, conseqüente, constituição do *corpus*, procedeu-se à análise de conteúdo recorrendo a uma grelha categorial por nós construídas (vd. Anexo 3), tendo, no entanto, em consideração as grelhas de análise dos trabalhos de Fernandes (1997) e Mealha (2009). O uso desta grelha de análise categorial privilegia a repetição e

frequência dos temas em questão, inserindo-os em categorias e subcategorias, e analisando-os posteriormente em conjunto (Bardin, 2002). Note-se, também, de acordo com o anteriormente descrito, que neste trabalho se utilizou um procedimento misto (Pais, 2004), por conseguinte, as grelhas iniciais não eram estanque, mantendo-se sempre a atenção ao material dado o potencial surgimento de novas subcategorias.

Tivemos sempre em consideração as regras de fidelidade e validade, bem como os critérios de exaustividade e exclusividade previamente aludidos. Neste trabalho, o *corpus* foi analisado e codificado por três colegas de mestrado e pela orientadora (investigadora com larga experiência neste âmbito) em momentos diferentes, garantindo-se, assim, a fiabilidade. A validade está presente em todas as fases do processo de análise.

Procedeu-se posteriormente à codificação das unidades de registo (Bardin, 2002) e respectiva contagem, “baixando-se” novamente às unidades de registo com o intuito de refinar a análise (Pais, 2004). Na fase de tratamento de resultados, foram realizadas inferências e interpretações dos dados através de contagem frequencial, partindo do pressuposto que o número de vezes que uma ideia é referenciada pode ser indicador da sua importância (Ghiglione & Matalon, 1992).



### III. Apresentação, análise e discussão dos resultados

## 1. Análise qualitativa e discussão da actuação policial em grandes eventos políticos nas notícias da Lusa

### 1.1. Visão geral

Antes de iniciar a análise e discussão de resultados propriamente dita, importa, primeiramente, apresentar os resultados obtidos após a realização da análise de conteúdo. Assim, este processo deu lugar a um total de 3311 unidades de registo (vd. Anexo 4), de ora em diante designadas de u.r., distribuídas pelas várias categorias de análise. Esta distribuição ocorreu da seguinte forma (vd. Anexo 5): categoria Manifestantes (A= 385 u.r.); categoria PSP (B=612 u.r.); categoria Discurso Directo (C=325 u.r.); categoria Instâncias (D=90 u.r.); categoria Discurso Indirecto (E=349 u.r.); categoria Enquadramento/Descrição (F=1447 u.r.); e, categoria Sistema Explicativo Espontâneo (G=103 u.r.).

Ilustra-se a repartição das u.r. no gráfico que seguidamente se apresenta, todavia, importa atentar que os dados serão apresentados em percentagens<sup>4</sup> e não em totais de ocorrência com o intuito de simplificar a percepção do leitor quanto às prevalências encontradas.

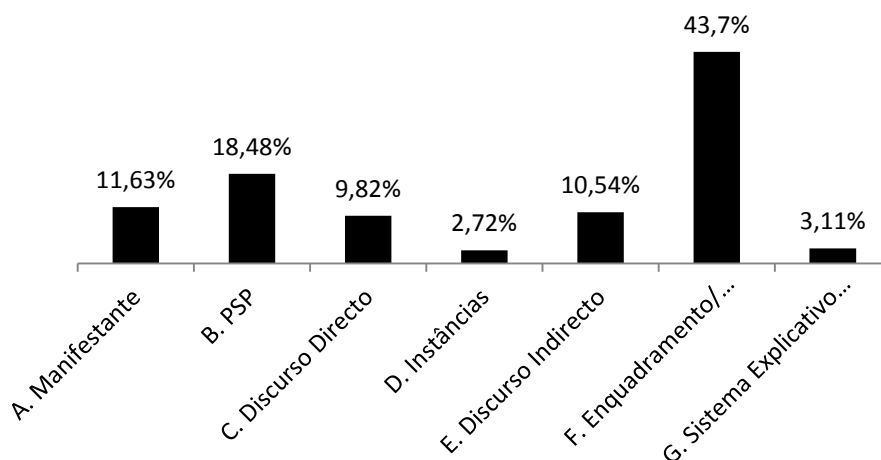


Figura 1. Ocorrência percentual de cada categoria

---

<sup>4</sup> Os dados foram arredondados às centésimas por excesso.

Observando o gráfico da Figura 1, percebe-se que a categoria mais representada é o Enquadramento/Descrição do evento com 43,7 %, secundada pela categoria PSP com 18,48%, seguindo-se a categoria Manifestante com 11,63%, o Discurso Indirecto com 10,54%, o Sistema Explicativo Espontâneo com 3,11% e, finalmente a categoria menos representada com 2,72% a das Instâncias.

A prevalência das incidências nas notícias analisadas revela-se, sobretudo, elevada na categoria Enquadramento/Descrição do evento. Ora, este facto é passível de se explicar dado que o nosso estudo se foca na actividade policial em grandes eventos de cariz político, de onde se aceita, sem estranheza, que a categoria mais representada seja a que descreve e caracteriza o evento, não obstante, o valor parece-nos substancialmente elevado, o que poderá revelar que os jornalistas atribuem uma grande importância à descrição do evento, olvidando as restantes questões adstritas aos acontecimentos políticos.

Porém, para entendermos melhor estes resultados passemos a uma análise mais meticulosa das categorias.

## 1.2. Origem da informação

Para que possamos aferir quanto à origem da informação que é difundida nas notícias, impõe-se analisar as suas fontes, entenda-se, as categorias Discurso Directo (C), Instâncias (D) e Discurso Indirecto (E).

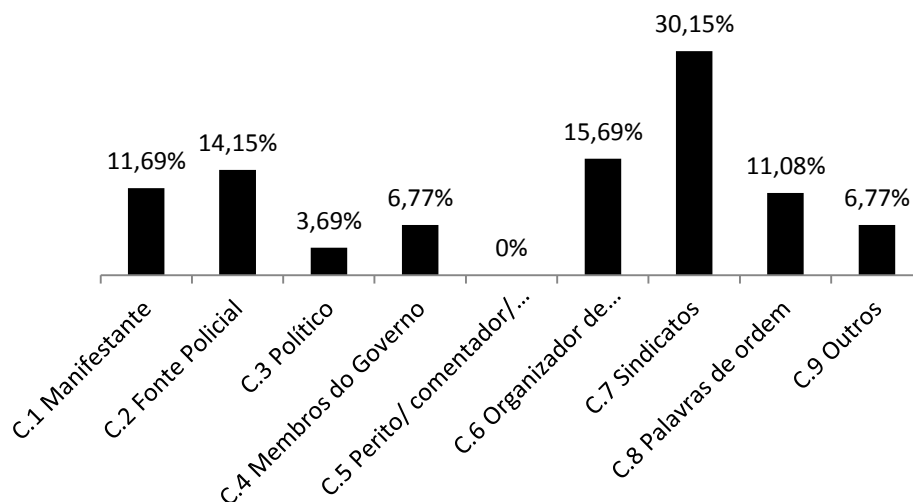


Figura 2. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Directo

De acordo com Tuchman (1993), os jornalistas encaram as citações da opinião de outrem como uma forma de prova adicional, ou seja, ao mencionar a opinião de outros actores eles consideram que abandonam a participação na notícia e “deixam os «factos» falar” (Tuchman, cit. in Traquina, 1999, p. 81), incrementando, dessa forma, a objectividade da notícia. Por conseguinte, atentando ao gráfico da Figura 2, percebe-se que nas notícias estudadas neste trabalho os actores com maior voz activa são os Sindicatos (C.7) e os Organizadores do evento/Representante de movimento/plataforma (C.6), com 30,15% e 15,69% respectivamente. Estes dados podem indicar que os jornalistas são movidos pelo “*audience-driven*”, que considera a vontade da audiência como a grande influência na agenda dos *media*, pois os jornalistas, editores e dirigentes corporativos tendem a sentir-se constrangidos a satisfazer o público (Uscinski, 2009). Entenda-se, ao transcreverem as visões dos sujeitos concernentes às categorias supramencionadas, os jornalistas pretendem atribuir enfoque à vertente reivindicativa atinente a este tipo de evento (manifestações, greves, protestos, etc.), daí que as palavras de ordem (C.8) sejam também bastante citadas (11,08%). Esta situação será, possivelmente, de maior agrado para o público.

No que concerne às subcategorias remanescentes segue-se a Fonte Polical (C.2) com 14,15% e Manifestante (C.1) com 11,69% cujas incidências se explicam pelo tipo de acontecimento em causa neste trabalho. Finalmente restam as subcategorias menos representadas onde se enquadram a Membros do Governo (C.4) com 6,77%, Outros (C.9) com 6,77%, Político (C.3) com 3,69% e com nenhuma incidência temos a subcategoria Perito/comentador/especialista. Se os primeiros resultados das subcategorias C.4 e C.3 são surpreendentes, pois não é atribuída “grande voz” aos profissionais da área política, o último nem tanto, uma vez que o nosso *corpus* se constitui do “género jornalístico básico” (Crato, 1992, p. 139), leia-se, a notícia. Este género jornalístico deve facultar ao leitor informações directas e claras, minorando ao máximo a subjectividade, daí que não seja dada a palavra a nenhum dos actores da subcategoria C.5 que nas suas intervenções emitem, geralmente, uma apreciação explicativa dos factos.

Passemos agora à categoria do Discurso Indirecto, onde iremos perceber as declarações efectuadas pelos diversos actores, mas reformuladas pelos jornalistas.

Grandes eventos de cariz político:  
A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

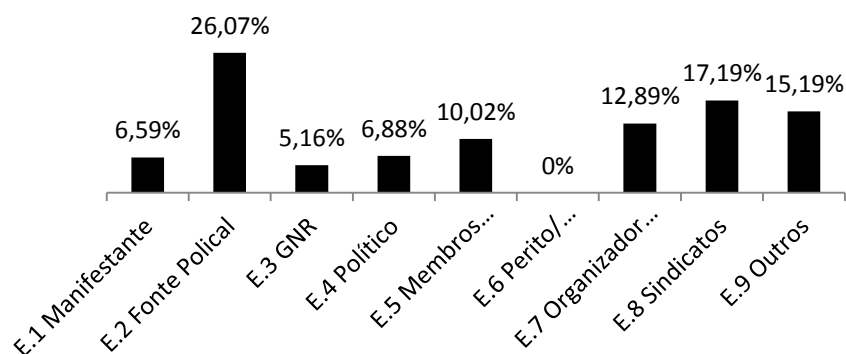


Figura 3. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Indirecto

Mediante a análise do gráfico da Figura 3, constata-se que a Fonte Policial (E.2) com 26,07% é aquela cujas afirmações são mais vezes utilizadas na superfície discursiva dos jornalistas. Podemos ainda acrescentar, “descendo” às u.r. em si, que se percebe inúmeras vezes o anonimato da fonte policial, ou seja, não é identificado o elemento policial do qual o jornalista recolheu a informação (e.g. “fonte do Comando de Lisboa disse (...)” – notícia 8). Esta utilização de fontes informais vai contra aquilo que é, hodiernamente, a estratégia de comunicação da PSP. Seguem-se, ainda, os membros dos Sindicatos (E.8), Outros (E.9) (mormente nas figuras dos advogados dos indivíduos detidos nos eventos), Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma (E.7), Membros do Governo (E.5), Político (E.4), Manifestante (E.1), GNR (E.3) e, por último, pelas razões já apresentadas, o Perito/comentador/especialista.

Não deixa de ser curioso o baixo número de incidências na subcategoria Manifestante, quer no discurso directo quer no indirecto, dado que se tratam de eventos de índole política sendo, à luz destes dados, descurada a opinião do manifestante.

Importa, ainda, nesta análise concernente às fontes de informação, mencionar as instâncias aludidas no conteúdo noticioso, não olvidando, conforme constatamos no gráfico da Figura 1, a pouca representatividade desta categoria.

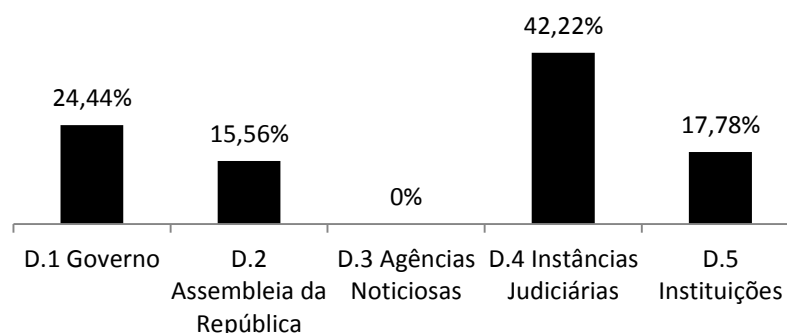


Figura 4. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Instâncias

Nesta categoria onde se pretende observar quais as instâncias mais referenciadas quando se fala da actividade policial em grandes eventos ressaltam, à luz dos dados ilustrados no gráfico da Figura 4, com larga vantagem, as Instâncias Judiciárias (D.4) com 42,22%. Ao escrutinar as u.r. desta subcategoria percebemos que estas são amplamente prevalentes principalmente pelas menções aos detidos e aos processos de averiguações alusivos à actuação policial (e.g. “A leitura da sentença (...) realizou-se hoje no Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa” – notícia 110).

Surpreendentemente, embora o nosso objecto de estudo se prenda com protestos de carácter político, os órgãos do poder legislativo e, concomitantemente, aqueles que se perspectivariam mais em foco nas notícias desta temática, representam-se, somente, com 24,44% o Governo (D.1) e 15,56% a Assembleia da República (D.2). Por fim restam as Instituições (D.5) com 17,78% e as Agências Noticiosas (D.3) com 0%. Note-se, que no âmbito desta pesquisa não faria sentido a existência de uma subcategoria respeitante às agências noticiosas, todavia, dado que este trabalho se insere numa linha de investigação em que todos os seus membros utilizam a mesma grelha categorial não se retirou esta subcategoria.

### 1.3 O evento e os discursos relativos ao evento

Para podermos aludir aos resultados respeitantes ao evento, bem como aos discursos a si adstritos, impõe-se observar a categoria Enquadramento/Descrição (F) do acontecimento. Contudo, no intuito de percebermos todos os circunstancialismos concernentes aos eventos desta envergadura, impõe-se-nos analisar, também, de que forma os seus participantes são caracterizados, no caso da nossa pesquisa na figura dos Manifestantes (A) e da Polícia, mormente, na categoria PSP (B).

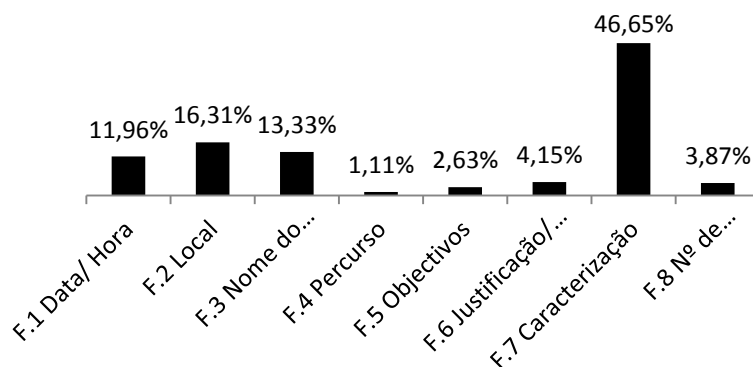


Figura 5. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Enquadramento/Descrição

Através do exame do gráfico da Figura 5 percebe-se que quando os vários actores, e particularmente os jornalistas, discorrem acerca dos eventos de índole política seleccionados para o nosso estudo, atribuem uma relevância capital à descrição dos episódios em si, conforme se atesta pelas subcategorias mais prevalentes, entenda-se, a Caracterização (F.7) com 46,65%, o Local (F.2) com 16,31%, o Nome do evento (F.3) com 11,96% e para findar a subcategoria referente ao hiato temporal em que decorre o evento, leia-se, Data/Hora (F.1). O elevado número de ocorrências nestas subcategorias é ilustrativo do destaque outorgado ao relato do evento em si, evidenciando um claro menosprezo pelas questões estruturais, de ordem política, económica e social que as pessoas objectivam, bem como justificam a convocação destes eventos. Por conseguinte, podemos afirmar que o âmago do que conduz aos acontecimentos estudados é obscurecido nas notícias. É elucidativo desta afirmação o baixo número de ocorrências nas subcategorias Justificação/Motivos (F.6) com 4,15% e Objectivos (F.5) com 2,63%. Finalmente subsistem o N° de Manifestantes (F.8) com 3,87% e o Percurso (F.4) com 1,11%.

Posto isto, julgamos que para melhor compreensão analítica devemos considerar as categorias Manifestantes (A) e PSP (B).

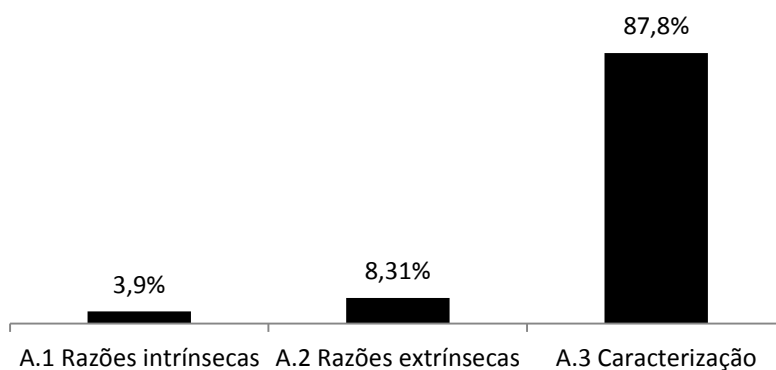


Figura 6. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Manifestante

Acerca do manifestante, personagem principal num cenário de contestação e protesto político como é o nosso, percebemos, mediante a visualização do gráfico da Figura 6, que o grande ênfase nas notícias do nosso *corpus* é concedido à caracterização dos mesmos e à sua participação no evento (e.g. “Na linha da frente (...) um grupo de nacionalistas ostentava bandeiras negras” – notícia 10), de acordo com o ilustrado pelos 87,8% de ocorrências na subcategoria Caracterização (A.3). Este facto está em plena consonância com o que foi anteriormente aludido na categoria F, entenda-se, as razões, os

motivos e as justificações da participação nestes eventos e do protesto, sejam elas pessoais ou, de ordem social, política ou ideológica, são sobremaneira olvidados nos artigos noticiosos.

Não obstante, percebe-se que as Razões extrínsecas (A.2) são mais apresentadas do que as Razões intrínsecas (A.1), com 8,31% e 3,9% respectivamente.

Passemos agora à observação da categorização da actuação policial no contexto de grandes eventos através do escrutínio do gráfico da Figura 7.

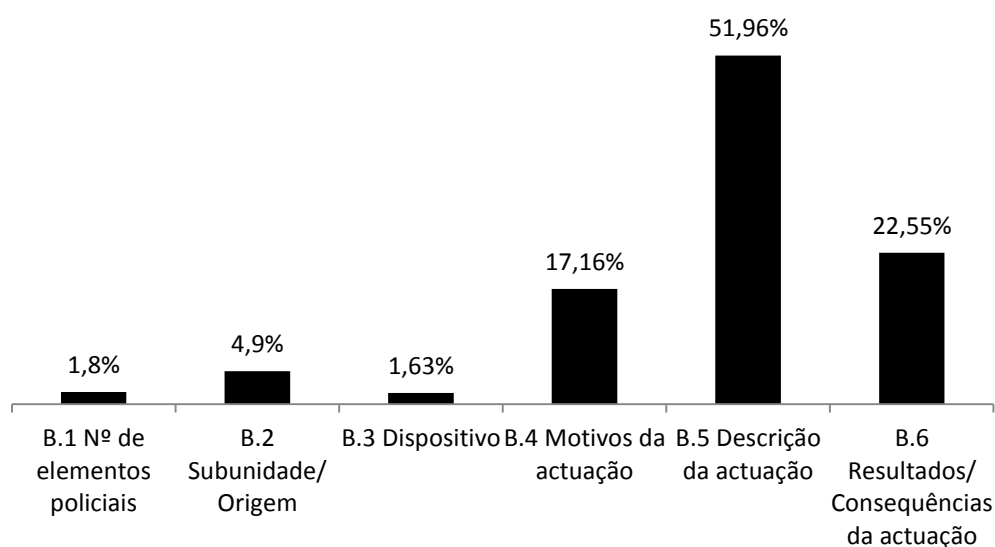


Figura 7. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria PSP

Antes de principiarmos o debate das subcategorias adstritas à categoria PSP (B), importa, primeiramente, mencionar que embora seja a segunda categoria mais prevalente (vd. Figura 1) com 18,48% de ocorrências, parece-nos que este número se consubstancia relativamente curto, pois todas as notícias seleccionadas para este estudo tinham como condição *sine qua non* a alusão à actividade policial, assim, revela-se-nos que mesmo nos artigos em que há referência à actuação da polícia, essa afigura-se diminuta.

Escrutinando o gráfico da Figura 7 observamos alguns dados interessantes. Conforme tem sido apanágio das restantes categorias já aludidas, a vertente descritiva volta a ser a que está mais em foco nas notícias, ou seja, subcategoria Descrição da actuação (B.5) é novamente aquela em que mais incide o discurso com 51,96%. Porém, examinando mais atentamente as u.r. desta subcategoria, percebe-se que inúmeras são as vezes que a caracterização da actuação policial é efectuada não por fonte policial mas sim pelo jornalista ou pelos restantes actores concernentes a este tipo de evento, o que no caso

destes últimos propicia quase sempre uma actividade discursiva com conotação negativa (e.g. “a polícia “correu toda a gente ao pontapé” – notícia 74).

Seguem-se os Resultados/Consequências da actuação (B.6) com 22,55% e os Motivos da actuação (B.4) com 17,16%, no que respeita aos primeiros prendem-se sobretudo com os detidos nas manifestações. Percepciona-se, também, que as subcategorias que impõem uma erudição superior da actividade policial como o Dispositivo (B.3) ou a Subunidade/Origem (B.2) são pouco referenciadas por parte dos jornalistas, estes dados podem aclarar um certo desconhecimento quanto aos métodos e práticas adjacentes ao serviço policial. Quanto a esta última nota-se que a quase totalidade das u.r. versa sobre o Corpo de Intervenção da PSP. O N.º de elementos policiais (B.1) presente no evento com 1,8% é igualmente pouco valorado nas notícias analisadas.

#### 1.4. A subjectividade nas notícias

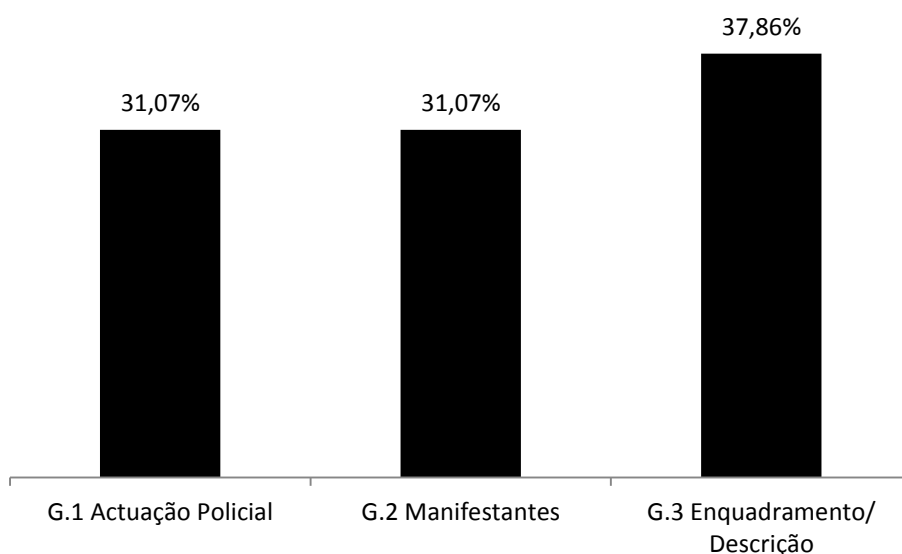


Figura 8. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Sistema Explicativo Espontâneo

Como apreciamos no gráfico da Figura 1, o Sistema Explicativo Espontâneo (G) é segunda categoria com menor número de ocorrências. Ora, importa entender o que enunciam estes dados e a importância dos mesmos. À luz do que foi supra explanado, no ponto 1.2, o género jornalístico que constitui o nosso *corpus* de análise, leia-se, a notícia, procura reduzir ao máximo a subjectividade, intentando ser o mais factual possível.



Não obstante, a ausência de subjectividade ou, por outras palavras, a completa objectividade trata-se de um ideário utópico. A teoria da objectividade, comumente denominada teoria do espelho (Traquina, 2002), inspirada no Positivismo de Comte, defendia que o jornalista poderia relatar a realidade como se de uma fotografia se tratasse, uma vez que se configura como um comunicador desinteressado cuja pretensão é exclusivamente contar “a verdade”, assim, as notícias seriam a construção perfeita da realidade social. Todavia, inúmeras teorias posteriores como a do *gatekeeper*, organizacional ou da acção política (Traquina, 2002) vieram demonstrar a impossibilidade de se eliminar a subjectividade nas notícias, este facto é ininteligível ao Homem sendo, concomitantemente, ao profissional do jornalismo, embora o mesmo deva insistir sempre em alcançá-la.

Posto isto, e lembrando que o jornalismo de agência, mormente, a Lusa, pretende assegurar “uma informação rápida, factual, isenta e rigorosa” (Lusa Agência de Notícias de Portugal, 2011, p. 2), aliado ao género jornalístico de que se constitui estudo, conforme o aludido no ponto 1.2, percebe-se que nas notícias analisadas, as referências subjectivas atinentes a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos são reduzidas a um número exíguo, conforme os 3,11% (vd. Figura 1) da categoria Sistema Explicativo Espontâneo ilustram.

De qualquer forma, observando o gráfico da Figura 8 entende-se que a subjectividade se patenteia mais no Enquadramento/Descrição do evento (G.3) (e.g. “Há “uma adesão muito grande em todo o país, o que «traduz uma mensagem política» aos governantes” – notícia 47) com 37,86%, sobrepondo-se aos 31,07% da Actuação Policial (G.1) e dos Manifestantes (G.2).

## IV. Conclusão

Findo que está o nosso trabalho, importa perscrutar pormenorizadamente as conclusões a que chegámos, mormente, no que concerne às questões de investigação colocadas.

De acordo com Moura (2010, p. 59), existe hoje uma “relação salutar, transparente e pró-activa da PSP com os OCS”. Não obstante, esta relação não se debela, somente, no contacto formal entre a PSP e os OCS, como instituição moderna que é, a Polícia procura figurar no quotidiano do cidadão, recorrendo para isso à Internet, seja nas redes sociais<sup>5</sup> ou no sítio institucional<sup>6</sup>.

À luz das teorias previamente aludidas neste trabalho, constata-se que os *media* produzem, indubitavelmente, efeitos na opinião pública que criam afectação na imagem e credibilidade das instituições do sistema social, mormente, da Polícia. No caso deste trabalho, uma vez que se estudam as notícias emanadas pela agência noticiosa portuguesa, os efeitos aumentam exponencialmente, pois como sabemos a Lusa tem importância capital na edificação do conteúdo noticioso dos restantes OCS, incrementando largamente o número de pessoas que um determinado viés informacional pode atingir.

Posto isto, podemos afirmar que, em nossa opinião, das teorias escrutinadas no primeiro capítulo as que mais se adequam à realidade hodierna dos *media*, em particular da Agência Lusa, são as do *gatekeeper* e do agendamento, leia-se, *agenda-setting*. No que concerne à primeira o efeito de “guarda da cancela” (Wolf, 1987, p. 162) exercido pela Lusa, irá influir, concomitantemente, nas notícias emanadas pelos restantes OCS que vão “beber” informação à agência noticiosa. Quanto ao *agenda-setting* podemos denominá-lo de indirecto, pois se sua ideia básica afirma “a existência de uma relação directa e causal entre o conteúdo da agenda dos *media* e a subsequente percepção pública de quais são os temas importantes do dia” (McCombs, cit. in Saperas, 2000, p. 56), então o agendamento exercido pela Lusa condicionará os OCS remanescentes, o que culminará, por maioria de razão, na influência da própria agenda do público. Todavia, no âmbito do nosso estudo não é possível verificar como se desenrolam estes processos, pois não foi esse o seu objecto. Contudo o desenvolvimento desta linha de pesquisa poderá debruçar-se sobre estes tópicos.

---

<sup>5</sup> Nomeadamente *Facebook* e *Twitter*.

<sup>6</sup> [www.psp.pt](http://www.psp.pt)

Atestamos, também, através das leituras efectuadas, que os *media* são os “olhos” com que muitas pessoas percebem a realidade social, são a única forma de acesso à informação, constituindo-se, assim, como uma pedra basilar no reflexo percebido pelos cidadãos de uma determinada instituição, designadamente, a PSP. Isto é, “os *media* estão longe de ser elementos meramente passivos ou «reflectores», na medida em que eles próprios agem sobre a sociedade e nela produzem poderosos efeitos” (Correia, 2006, p. 103). Desta forma, impõe-se à PSP um alerta redobrado às estratégias de comunicação que utiliza, bem como ao tipo de informação que veicula pelos canais de comunicação, no intuito de conseguir a imagem mais positiva possível junto da opinião pública. Assim, importa que quando os *media* falam sobre actividade policial em matéria de grandes eventos políticos, difundam não só o que corre mal, as falhas e problemas da actuação, mas, também, o que foi bem feito, entenda-se, que a tónica não seja exclusivamente negativa.

Todavia, o cenário de contestação social em que se desenrola a actuação policial nestes eventos torna esta tarefa de melhoria da imagem deveras complexa. No panorama do protesto político, a missão da Polícia prende-se, por vezes, com a manutenção da ordem e tranquilidade públicas fazendo uso dos meios necessários para a assegurar, ainda que para esse efeito tenha de restringir direitos dos cidadãos. Esta situação é, muitas vezes, incompreendida por parte dos participantes<sup>7</sup> nos eventos que sentem limitada a sua liberdade e, por conseguinte, conforme os resultados deste estudo ilustram, quando lhes é dada “voz”, tendem a descrever negativamente a actuação policial (e.g. “da «*atuação vergonhosa*» de vários agentes policiais contra um jovem” – notícia 89).

Uma pesquisa estado-unidense (Maxson, Henningan, & Sloane, 2003) diz-nos que um dos factores que mais influencia a opinião pública sobre a Polícia é a interacção pessoal que os indivíduos têm com a mesma. Ora, no contexto do nosso objecto de estudo a interacção supramencionada afigura-se difícil. Ainda assim, se mediante a sua estratégia de comunicação a Polícia veicular através dos OCS, num hiato temporal que preceda o evento, por exemplo, quais são os comportamentos tolerados e não tolerados, estará a actuar preventivamente evitando, dessa forma, o uso da repressão. Esta estratégia resultará, por maioria de razão, numa melhoria substancial da percepção do cidadão no que concerne à actuação policial.

---

<sup>7</sup> Entenda-se, manifestantes, sindicatos, organizadores/membros de movimentos, etc.

No que respeita aos resultados remanescentes tocantes, concretamente, à actividade policial em grandes eventos de índole política, percebemos que a informação sobre a Polícia, em notícias que tinham como condição obrigatória mencionar a actuação policial, aparece como segundo tipo de informação mais referido. Por conseguinte, percebe-se que mesmo com esta especificação na pesquisa os conteúdos sobre acção policial é preterida em favor da descrição do evento.

Além da quantidade, importa, mais ainda, discorrer quanto à qualidade das notícias que são parte integrante deste estudo, entenda-se, ao seu conteúdo. Ora, os resultados demonstram um certo menosprezo pela actividade policial por parte dos jornalistas da Lusa. Esta afirmação fundamenta-se, sobretudo, no facto de em inúmeras notícias, cujo conteúdo era o mais variado<sup>8</sup>, se ter percebido que os parágrafos dedicados à actuação policial eram exactamente iguais, não tendo merecido qualquer actualização.

Releva, também, aludir ao elevado número de incidências encontradas no nosso *corpus* demonstrativas da utilização de fontes policiais não oficiais. Conforme o anteriormente mencionado o jornalista procura citar outras fontes para se “retirar” da notícia conseguindo, dessa forma, granjear uma maior credibilidade à mesma. Contudo, a utilização de fontes informais não garante a veracidade que a polícia pretende ver embutida em todas as informações que perpassa para o exterior, daí que a PSP deva evitar ao máximo as fontes informais ainda que pertencentes à instituição<sup>9</sup>, sabendo de antemão que é inexequível fazer cessar integralmente este tipo de declarações. Moura (2010, p. 59) dizia que “as fontes oficiais são cada vez mais solicitadas que as informais, por parte dos jornalistas”, não obstante, neste estudo fica patente que há ainda um longo caminho a percorrer neste processo.

Ficam também manifestas, mediante os resultados obtidos, as poucas alusões ao dispositivo e à subunidade presentes nos eventos, o que pode transparecer uma relativa ausência de conhecimentos dos profissionais do jornalismo nas matérias mais específicas da actividade policial.

Quanto aos restantes indicadores observados podemos afirmar, primeiramente, que os resultados são substancialmente elucidativos ao demonstrar a enorme ênfase atribuída nas notícias à vertente descritiva, seja do evento, dos manifestantes ou da actuação policial.

---

<sup>8</sup> Desde os piquetes de greve, às manifestações em frente ao parlamento, à vandalização de repartições de finanças, entre outros.

<sup>9</sup> Ou porque a posição da fonte não vai ao encontro da posição oficial da PSP, ou por revelar matéria confidencial.

Estes resultados indicam que as notícias se preocupam sobremaneira com a descrição e caracterização, olvidando factores adjacentes como os objectivos e/ou os motivos que conduziram à situação de contestação social, ou seja, as questões políticas, ideológicas e socioeconómicas são subvalorizadas.

No que se prende com a origem da informação, entenda-se, quem fala, a quem é atribuída a palavra, bem como de que instituições se fala quando se noticia sobre eventos de cariz político, constatamos dados interessantes. Percepcionamos que os sindicatos e os organizadores do evento/representantes de movimento são os mais avalizados pelos jornalistas na hora de conceder a palavra, facto que pode ilustrar a importância que os mesmos atribuem à óptica reivindicativa adstrita aos acontecimentos estudados. Todavia, escrutinando as ocorrências atinentes à subcategoria Sindicatos constata-se, surpreendentemente, que os mesmos utilizam exiguamente o seu tempo de antena para falar das razões que motivaram o protesto preferindo, também, eles caracterizar o evento. Este facto é especialmente evidente no contexto da greve geral em que as incidências discursivas se prendem, quase exclusivamente, com as percentagens de adesão (e.g. “STAL registou adesões à greve maioritariamente de 100%” – notícia 45).

Percebemos, também, que é dada pouca voz aos profissionais da área política no âmbito das notícias em que se fala de actividade policial, não obstante, ressaltam as ocorrências em os jornalistas perscrutam o Ministro da Administração Interna, sendo que o conteúdo do discurso se relaciona, quase sempre, com a legalidade e legitimidade da actuação policial.

Quanto às opiniões dos manifestantes são, inesperadamente, pouco valoradas pelos jornalistas mesmo em cenários de contestação e protesto como são os eventos por nós analisados.

No que concerne às instâncias conclui-se que os organismos da justiça são, indubitavelmente, os mais referidos quando se examina este tipo de conteúdo noticioso, o que se torna surpreendente pois o âmago dos eventos considerados é a sua natureza política, porém, os dados ilustram a subvalorização atribuída aos órgãos de poder político. Analisando mais de perto estes indicadores, constatamos que as u.r. concernentes às instâncias judiciais estão intimamente ligadas com os resultados da actuação policial, entenda-se, estes órgãos são mencionados devido às detenções resultantes das manifestações.

Finalmente, constatou-se que as notícias analisadas, emanadas pela Lusa, vão ao encontro do que é apanágio do jornalismo de agência, ou seja, procuram ser claras,

concisas e factuais, tendo sido encontradas poucas referências, realizadas de forma subjectiva, concernentes as atribuições e causalidades implícitas usadas para descrever as diversas ocorrências adstritas aos eventos em estudo, quer sejam produzidas directamente pelos OCS como reformuladas a partir das fontes.

Em suma, é passível afirmar-se que as notícias da agência Lusa, a única agência noticiosa portuguesa, relativamente à actuação policial no contexto dos grandes eventos políticos, de acordo com os nossos resultados, se caracterizam por atribuir maior enfoque ao factor descritivo dos eventos do que à actuação policial em si. Não obstante, quando falam, discorrem essencialmente sobre a descrição da actuação e das razões que a motivaram. Além disso, a descrição supramencionada é, não raras as vezes, efectuada por outros actores que não fonte policial o que potencia, geralmente, uma sobrevalorização dos aspectos negativos da actuação.

Ora, à luz do já aludido neste trabalho, sabemos que a Lusa tem um importante papel na construção do conteúdo noticioso dos restantes meios de comunicação<sup>10</sup>, consequentemente, se os *media* influem, ainda que indirectamente, na percepção da realidade social por parte do público, podemos perspectivar que as notícias emanadas pela agência atinentes à actuação policial, constituir-se-ão, por maioria de razão, numa influência da percepção das pessoas relativamente à Polícia, o que em consonância com os resultados obtidos nesta pesquisa se poderá traduzir numa percepção pouco favorável.

Para findar este trabalho, convém aludir que os resultados deste estudo devem ser considerados com a devida ponderação, dado que esta pesquisa tem limitações não podendo ser considerado uma investigação terminada, uma vez que abarca somente um ano de análise. Este trabalho não considerou outras facetas da prática policial que não os grandes eventos políticos ou comparou as notícias emanadas pela Lusa com o conteúdo noticioso que chega em última instância, através dos demais OCS, ao público. Todavia, estamos a abrir campo para que futuros estudos possam ser desenvolvidos, permitindo, nomeadamente, a realização de investigações comparativas possibilitando a replicabilidade (Pais, 2004) do estudo.

---

<sup>10</sup> Embora não tenha sido realizado nesta pesquisa um estudo comparativo entre as notícias da Lusa e dos restantes OCS, é um subsídio que se pode retirar para uma futura pesquisa.

## Referências

### Livros

Andrade, J. V. (2010). *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976* (4ª ed). Coimbra: Almedina.

Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Becker, H. S. (1996). The epistemology of qualitative research. In R. Jessor, A. Colby, & R. Schweder (Eds.), *Essays on ethnography and human development* (pp. 53-71). Chicago: Chicago University Press.

Becker, L., McCombs, M., & McLeod, J. (1975). The development of political cognitions. In S. Chaffee (Ed.), *Political communication* (pp. 21-64). Beverly Hills: Sage.

Blumer, H. (1946). Collective behavior. In A. Lee (Ed.), *New outline of the principles of sociology* (pp. 167-222). New York: Barnes and Noble.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Lisboa: Porto Editora.

Breton, P., & Proulx, S. (1997). *A explosão da comunicação*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Canotilho, J., & Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa anotada* (3ª ed. rev.). Coimbra: Coimbra Editora.

Cascais, F. (1999). Como se atinge o rigor em agência noticiosa. In Alta Autoridade para a Comunicação Social (Ed.), *O rigor da notícia: Colóquio Maio 1996* (2ª ed., pp. 123-127). Lisboa: Alta Autoridade para a Comunicação Social.

Cascais, F. (2001). *Dicionário do jornalismo*. Lisboa: Verbo.

Castro, L. (1972). *Comunicação: Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Edição do Autor.

Correia, F. (2006). *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Lisboa: Editorial Caminho.

Crato, N. (1992). *Comunicação social: A imprensa* (4ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). Entering the field of qualitative research. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 361-376). Thousand Oaks, CA: Sage.

D' Oliveira, T. (2005). *Teses e dissertações: Recomendações para elaboração e estruturação de trabalhos científicos* (2ª ed.). Lisboa: Edições RH.

Elliott, P. (1974). Uses and gratifications research: A critique and a sociological alternative. In J. G. Blumler and E. Katz (Eds), *Uses of mass communication* (pp. 249-265). Beverly Hills, CA: Sage.

Eyal, C., Winter, J., & DeGeorge, W. (1981). The concept of time-frame in agenda-setting. In G. Wilhoit (Ed.), *Mass communication review yearbook*, 2 (pp. 212-217). Beverly Hills: Sage.

Filho, W. (2003). Ordem Pública ou Ordem Unida? Uma análise do curso de formação de soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública de governo do Estado do Rio de Janeiro: Possíveis Dissonâncias. *Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública*. Instituto de Segurança Pública. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

Faria, M. (2001). *Direitos fundamentais e direitos do homem, 1*, (3ª ed). Edição: Edição do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Fernandes, L. (1997). Etnografia urbana das drogas e do crime. In C. Agra (Ed.), *Droga-crime: Estudos interdisciplinares*, 10. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação de Combate à Droga.

Festinger, L. (1964). *Conflict, decision and dissonance*. California: Stanford University Press.

Fiske, J. (1993). *Introdução ao estudo da comunicação*. Lisboa: ASA Edições.

Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.



Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Klapper, J. (1960). *The Effects of Mass Communication*. Glencoe, IL: The Free Press.

Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: an introduction to its methodology*. Newbury Park, CA: Sage.

Lang, G., & Lang, K. (1981). Watergate: An exploration of the agenda-building process. In G. Wilhoit (Ed.), *Mass communication review yearbook*, 2 (pp. 447-465). Beverly Hills: Sage.

Lazarsfeld, P. (1940). *Radio and the printed page: An introduction to the study of radio and its role in the communication of ideas*. New York: Duell, Sloane and Pearce.

Lippman, W. (1922). *Public opinion*. New York: Free Press.

Mattelart, A., & Mattelart, M. (1997). *História das teorias da comunicação*. Porto: Campo das Letras Editores.

McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Oliveira, J. (2000). *A Manutenção da Ordem Pública em Portugal*. Lisboa: Edição do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.

Ortega Y Gasset, J. (1930). *La rebellion de las massas*. Madrid: Revista de Occidente.

Rey, G. (2000). *Pesquisa qualitativa em psicologia*. São Paulo: Thomson Editores.

Saperas, E. (2000). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas* (4ª ed.). Porto: ASA Edições.

Serra, P. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Labcom.

Tuchman, G. (1993). A objectividade como ritual estratégico: Uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. Traquina, *Jornalismo: Questões, teorias e «estórias»* (pp. 74-90). Lisboa: Vega.

Traquina, N. (1999). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (2ª ed.). Lisboa: Vega.

Traquina, N. (2002). *O que é o Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Waddington, D. (2007). *Policing public disorder: Theory and practice*. Cullompton: Willan Publishing.

Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis* (2<sup>nd</sup> ed.). Newbury Park, CA: Sage.

Wolf, M. (1987). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença.

Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Ed.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-127). Porto: Edições Afrontamento.

Valente, M. (2009). *Teoria geral do direito policial* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.

Yin, R. (2003). *Applications of a case study research*. London: Sage.

## **Teses, dissertações ou trabalhos de projecto**

Mealha, T. (2009). *“Exclusão ou reintegração?”: Um estudo qualitativo sobre a reintegração social de reclusos*. Tese de mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Moura, J. (2010). *A Polícia de Segurança Pública e o novo paradigma comunicacional: Comunicação e imagem*. Tese de mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Serrão, J. C., & Pais, L. G. (2006). A delinquência juvenil segundo os seus protagonistas: Uma reflexão sobre o género. In C. Machado, L. S. Almeida, M. A. Guisande, M. Gonçalves, & V. Ramalho (Orgs.), *Actas da XI Conferência Internacional de Avaliação psicológica: Formas e contextos* (pp. 149-158). Braga: Psiquilíbrios.

## Artigos Científicos

Breed, W. (1955). Social control in the news room: A functional analysis. *Social Forces*, 33, 326-335.

Carey, J. (1978). The ambiguity of policy research. *Journal of Communication*, 28, 114-119.

Frazier, P., & Gaziano, C. (1979). Robert Ezra Park theory of the news and public opinion and social control. *Journalism Monographs*, 64, 1-47.

Ferreira, B. (2000). Análise de conteúdo. *Aletheia: Revista do Curso de Psicologia*, 11, 13-20.

Gruder, C., Cook, T., Henningan, K., Flay, B., Alessis, C., & Halamaj, J. (1978). Empirical tests of the absolute sleeper effect predicted from the discounting cue hypothesis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36 (10), 1061-1074.

Hovland, C., & Weiss, W. (1951). The influence of source credibility on communication effectiveness. *Public Opinion Quarterly*, 15 (4), 635-650.

Hyman, H., & Sheatsley, P. (1947). Some reasons why information campaigns fail. *Public Opinion Quarterly*, 11, 412-423.

Katz, E. (1987). Communication research since Lazarsfeld. *Departmental papers* (pp. 1-14). Philadelphia: Pennsylvania University.

Maxson, C., Henningan, K., & Sloane, D. (2003). Factors that influence public opinion of the police. *Research for practice* (pp. 1-11). U. S. Department of Justice, Washington: National Institute of Justice.

McCombs, M., & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 176-187.

McCombs, M., & Shaw, D. (1993). The evolution of agenda-setting research: Twenty five years in the marketplace of ideas. *Journal of Communication*, 43 (2), 58-67.

Noelle-Neumann, E. (1973). Return to the concept of powerfull mass media. *Studies of Broadcasting*, 9, 67-112.

Noelle-Neuman, E. (1983). The effect of media on media effects research. *Journal of Communication*, 33 (3), 157-165.

Shaw, E. (1979). Agenda-setting and mass communication theory. *Gazette*, 25, 96-105.

Turner, J. (2007). The Messenger overwhelming the message: Ideological cues and perceptions of bias in television news. *Political Behaviour*, 29, 441-464.

Sousa, A. (2003). Prevenção e repressão como função da Polícia e do Ministério Público. *Revista do Ministério Público*, 24 (94), 49-73.

Uscinski, J. (2009). When does the public's issue agenda affect the media's issue agenda (and vice-versa)? Developing a framework for media-public influence. *Social Science Quarterly*, 90 (4), 797-815.

White, D. (1950). The "gatekeeper": A case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, 27 (4), 383-390.

## **Sítios da internet**

<http://www.lusa.pt/info.aspx?page=servicopublico>

## **Diplomas legais e jurisprudência**

Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948.

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto. *Diário da República*, I.ª Série, n.º 168.

Lei n.º 63/2007, de 06 de Novembro. I.ª Série, n.º 213.

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto. *Diário da República*, I.ª Série, n.º 167.

## **Outros documentos**

EU-SEC, (2007). *Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*. Consultado em 18-11-2011, disponível em [http://www.osservatoriosport.interno.it/eu\\_sec/manual\\_english.pdf](http://www.osservatoriosport.interno.it/eu_sec/manual_english.pdf).

Lusa Agência de Notícias de Portugal. (2011). *Livro de estilo*.

Maciel, M. (2004). A ética da diferença: Distribuição de bens e oportunidades na produção de conhecimento científico. *VI Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação*. Covilhã. Consultado em 11-01-2012, disponível em <http://www.betaniamaciel.com/textos/2004lusocom.pdf>.

# ANEXOS

## ANEXO 1 – Manual de codificação

**A – Categoria “Manifestantes”** - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

**A.1 – Subcategoria “Razões intrínsecas”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (11)<sup>11</sup>: *“vim por causa da minha mãe (...) que estão reformados e as reformas foram congeladas”*.

**A.2 – Subcategoria “Razões extrínsecas”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (7): *“(...) decidiu participar por solidariedade para com todos os que enfrentam problemas”*.

**A.3 – Subcategoria “Caracterização”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (21): *“Algumas pessoas com o rosto coberto foram surgindo (...)”*.

**B – Categoria “PSP”** - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua actuação em grandes eventos.

**B.1 – Subcategoria “N.º de elementos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (74): *“Para a manifestação, a PSP destacou entre 70 a 80 elementos (...)”*

---

<sup>11</sup> Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 2, da qual se retirou o exemplo.

**B.2 – Subcategoria “Subunidade/origem”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (57): “*O Corpo de Intervenção (...)*”

**B.3 – Subcategoria “Dispositivo”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex. (72): “*Duplo cordão policial (...)*”

**B.4 – Subcategoria “Motivos da actuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a actuação policial.

Ex. (83): “*alguns manifestantes tentaram (...) subir as escadarias do edifício, o que motivou intervenção policial (...)*”

**B.5 – Subcategoria “Descrição da actuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a actuação policial.

Ex. (64): “*(...) da PSP "impediu" com força física a ação dos piquetes em todas as estações*”.

**B.6 – Subcategoria “Resultados/Consequências da actuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da actuação policial (detenções, feridos, etc).

Ex. (100): “*(...) da qual resultou em sete detidos*”.

**C – Categoria “Discurso Directo”** – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso directo. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

**C.1 – Subcategoria “Manifestante”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (19): “*Carla Abreu (...) garantiu que (...)*”



**C.2 – Subcategoria “Fonte policial”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (39): *“Segundo o diretor nacional da corporação (...)”*

**C.3 – Subcategoria “Político”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, excepto membros do Governo.

Ex. (66): *“Francisco Lopes diz (...)”*

**C.4 – Subcategoria “Membros do Governo”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex. (85): *“(...) disse ao jornalistas Miguel Macedo, após ter participado no briefing da direcção nacional da PSP”*.

**C.5 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

**C.6 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (13): *“(...) a dirigente do M12M considera que (...)”*

**C.7 – Subcategoria “Sindicatos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (47): *“(...) acrescentou o secretário-geral da CGTP”*.

**C.8 – Subcategoria “Palavras de ordem”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (9): *“(...) foi acompanhado de gritos «a rua é nossa»”*.

**C.9** – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (110): “*O advogado de Eva Massy considerou (...)*”.

**D** – Categoria “**Instâncias**” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer actor. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da actuação policial em grandes eventos, quais as mais e menos referenciadas.

**D.1** – Subcategoria “**Governo**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (53): “*(...) o Governo*”.

**D.2** – Subcategoria “**Assembleia da República**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (14): “*(...) na Assembleia da República*”.

**D.3** – Subcategoria “**Agências Noticiosas**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

**D.4** – Subcategoria “**Instâncias Judiciárias**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

Ex. (35): “*(...) o julgamento decorre no Tribunal de Pequena Instância (...)*”

**D.5** – Subcategoria “**Instituições**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (18): “*(...) FMI (...)*”.

**E** – Categoria “**Discurso Indirecto**” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso indirecto, ou seja, todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS.

**E.1** – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (100): “(...) *Em julgamento, Carlos Varela (...) admitiu que derrubou as barreiras policiais colocadas junto à Assembleia*”.

**E.2** – Subcategoria “**Fonte Policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (32): “*Fonte policial disse (...)*”.

**E.3** - Subcategoria “**GNR**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

Ex. (61): “*A GNR foi também chamada a intervir (...)*”.

**E.4** – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, excepto Membros do Governo.

Ex. (103): “*Garcia Pereira pede (...) processo criminal sobre "infiltrados" da polícia*”.

**E.5** – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (26): “*Presidente da AR disponibiliza-se para receber propostas dos manifestantes*”.

**E.6** – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

**E.7 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (8): “(...) *segundo anunciaram os organizadores da iniciativa*”.

**E.8 – Subcategoria “Sindicatos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (54): “*Sindicato dos ferroviários fala em adesão de 98 por cento*”

**E.9 – Subcategoria “Outros”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (1): “*Segundo o blogue geracaoenrascada.wordpress.com*”.

**F – Categoria “Enquadramento/Descrição”** - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

**F.1 – Subcategoria “Data/hora”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (1): “(...) *está previsto a concentração de manifestantes às 15:00*”.

**F.2 – Subcategoria “Local”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (41): “(...) *a Praça Marquês de Pombal (onde ocorrerá uma concentração)*”

**F.3 – Subcategoria “Nome do evento”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (12): “*A manifestação da «geração à rasca» (...)*”

**F.4 – Subcategoria “Percurso”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajecto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (3): “(...) *os manifestantes partem da Batalha, seguindo o desfile pela Rua de Santa Catarina, Rua Fernandes Tomás, Rua Sá da Bandeira, estando o seu término previsto para a Praça D. João I*”.

**F.5 – Subcategoria “Objectivos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex. (14): “(...) *e pretende lembrar os deputados de que a voz dos cidadãos tem de ser ouvida (...)*”.

**F.6 – Subcategoria “Justificação/Motivos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (13): “(...) *foi convocada (...) para contestar as recentes medidas de austeridade do Governo, nomeadamente os cortes nos subsídios de férias e de Natal dos funcionários (...)*”

**F.7 – Subcategoria “Caracterização”** - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (22): “*Entretanto, já foram arremessados mais objetos contra os elementos policiais, nomeadamente tomates (...)*”

**F.8 – Subcategoria “N.º de manifestantes”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (8): “(...) *juntou pelo menos 200 mil pessoas em Lisboa*”.

**G – Categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”** - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjectivamente para justificar actores e actos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

**G.1 – Subcategoria “Actuação policial”**

Ex. (7): “(...) *quatro polícias «passeavam» naquele quarteirão (...)*”

**G.2 – Subcategoria “Manifestantes”**

Ex. (10): “*De lágrimas nos olhos (...) perguntava preocupado à polícia o que era feito do seu amigo*”.

**G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”**

Ex. (33): “(...) *(ajuntamento breve de pessoas com o objetivo de protestar ou marcar posição) (...)*”.

Grandes eventos de cariz político:  
A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

---

ANEXO 2 – Distribuição temporal das notícias

Notícia 1	12250519	08-03-2011 08:30	Notícia 39	13392664	23-11-2011 18:59	Notícia 77	13397896	24-11-2011 20:17
Notícia 2	12263756	10-03-2011 18:41	Notícia 40	13392742	23-11-2011 19:03	Notícia 78	13397927	24-11-2011 20:18
Notícia 3	12265490	11-03-2011 08:30	Notícia 41	13392935	23-11-2011 20:00	Notícia 79	13397994	24-11-2011 20:31
Notícia 4	12272372	12-03-2011 12:46	Notícia 42	13393862	23-11-2011 23:53	Notícia 80	13398004	24-11-2011 20:34
Notícia 5	12272856	12-03-2011 15:01	Notícia 43	13393970	24-11-2011 00:50	Notícia 81	13398041	24-11-2011 20:52
Notícia 6	12272931	12-03-2011 15:24	Notícia 44	13393996	24-11-2011 02:14	Notícia 82	13398104	24-11-2011 21:00
Notícia 7	12273308	12-03-2011 16:49	Notícia 45	13394370	24-11-2011 07:50	Notícia 83	13399816	25-11-2011 12:07
Notícia 8	12273437	12-03-2011 17:00	Notícia 46	13394575	24-11-2011 09:09	Notícia 84	13399920	25-11-2011 12:15
Notícia 9	12273500	12-03-2011 17:20	Notícia 47	13394912	24-11-2011 10:57	Notícia 85	13400282	25-11-2011 13:22
Notícia 10	12273669	12-03-2011 17:54	Notícia 48	13394956	24-11-2011 11:03	Notícia 86	13401404	25-11-2011 16:25
Notícia 11	12273797	12-03-2011 18:35	Notícia 49	13395000	24-11-2011 11:11	Notícia 87	13401417	25-11-2011 16:58
Notícia 12	12274373	12-03-2011 20:13	Notícia 50	13395010	24-11-2011 11:13	Notícia 88	13402599	25-11-2011 20:07
Notícia 13	13168014	08-10-2011 08:54	Notícia 51	13395153	24-11-2011 12:13	Notícia 89	13404302	26-11-2011 12:39
Notícia 14	13170481	08-10-2011 09:32	Notícia 52	13395127	24-11-2011 12:15	Notícia 90	13407913	27-11-2011 13:33
Notícia 15	13202560	14-10-2011 20:04	Notícia 53	13394888	24-11-2011 12:19	Notícia 91	13411921	28-11-2011 14:21
Notícia 16	13202739	14-10-2011 20:44	Notícia 54	13395326	24-11-2011 12:32	Notícia 92	13412313	28-11-2011 14:52
Notícia 17	13205621	15-10-2011 16:38	Notícia 55	13395462	24-11-2011 12:41	Notícia 93	13412861	28-11-2011 16:44
Notícia 18	13205858	15-10-2011 17:15	Notícia 56	13395559	24-11-2011 12:45	Notícia 94	13416418	29-11-2011 13:14
Notícia 19	13206264	15-10-2011 18:32	Notícia 57	13395343	24-11-2011 12:46	Notícia 95	13417104	29-11-2011 15:17
Notícia 20	13206329	15-10-2011 18:32	Notícia 58	13395722	24-11-2011 13:05	Notícia 96	13417246	29-11-2011 15:30
Notícia 21	13206376	15-10-2011 18:51	Notícia 59	13395746	24-11-2011 13:18	Notícia 97	13418675	29-11-2011 19:26
Notícia 22	13206459	15-10-2011 19:01	Notícia 60	13395780	24-11-2011 13:26	Notícia 98	13429365	02-12-2011 06:01
Notícia 23	13206422	15-10-2011 19:20	Notícia 61	13395881	24-11-2011 13:40	Notícia 99	13432464	02-12-2011 14:41
Notícia 24	13206602	15-10-2011 19:48	Notícia 62	13396018	24-11-2011 13:57	Notícia 100	13432812	02-12-2011 15:44
Notícia 25	13206667	15-10-2011 19:48	Notícia 63	13395961	24-11-2011 14:01	Notícia 101	13443859	05-12-2011 15:58
Notícia 26	13206805	15-10-2011 20:15	Notícia 64	13396175	24-11-2011 14:28	Notícia 102	13443954	05-12-2011 16:10
Notícia 27	13206840	15-10-2011 21:10	Notícia 65	13396258	24-11-2011 15:10	Notícia 103	13448863	06-12-2011 18:52
Notícia 28	13207105	15-10-2011 21:46	Notícia 66	13396579	24-11-2011 16:05	Notícia 104	13448965	06-12-2011 19:00
Notícia 29	13207464	16-10-2011 01:24	Notícia 67	13396612	24-11-2011 16:28	Notícia 105	13453765	07-12-2011 17:23
Notícia 30	13210173	16-10-2011 19:22	Notícia 68	13397158	24-11-2011 17:44	Notícia 106	13462060	09-12-2011 12:58
Notícia 31	13210835	16-10-2011 23:21	Notícia 69	13397330	24-11-2011 18:01	Notícia 107	13462093	09-12-2011 13:00
Notícia 32	13210868	16-10-2011 23:37	Notícia 70	13397347	24-11-2011 18:03	Notícia 108	13462108	09-12-2011 13:05
Notícia 33	13211436	17-10-2011 07:55	Notícia 71	13397357	24-11-2011 18:13	Notícia 109	13462126	09-12-2011 13:05
Notícia 34	13211632	17-10-2011 09:09	Notícia 72	13397488	24-11-2011 18:34	Notícia 110	13462621	09-12-2011 15:21
Notícia 35	13213922	17-10-2011 16:21	Notícia 73	13397567	24-11-2011 18:45	Notícia 111	13463064	09-12-2011 15:52
Notícia 36	13273852	28-10-2011 20:08	Notícia 74	13397547	24-11-2011 18:46	Notícia 112	13463102	09-12-2011 15:54
Notícia 37	13311343	06-11-2011 15:57	Notícia 75	13397395	24-11-2011 19:33	Notícia 113	13511500	20-12-2011 16:01
Notícia 38	13386509	23-11-2011 09:00	Notícia 76	13397883	24-11-2011 20:14	Notícia 114	13511614	20-12-2011 16:07

Grandes eventos de cariz político:  
A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

---

ANEXO 3 – Grelha categorial

Categorias		Subcategorias
<b>A</b>	Manifestantes	<b>A.1</b> Razões intrínsecas
		<b>A.2</b> Razões extrínsecas
		<b>A.3</b> Caracterização
<b>B</b>	PSP	<b>B.1</b> Nº de elementos policiais
		<b>B.2</b> Subunidade/origem
		<b>B.3</b> Dispositivo
		<b>B.4</b> Motivos da actuação
		<b>B.5</b> Descrição da actuação
		<b>B.6</b> Resultados/Consequências da actuação policial
<b>C</b>	Discurso Directo	<b>C.1</b> Manifestante
		<b>C.2</b> Fonte Policial
		<b>C.3</b> Político
		<b>C.4</b> Membros do Governo
		<b>C.5</b> Perito/comentador/especialista
		<b>C.6</b> Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma
		<b>C.7</b> Sindicatos
		<b>C.8</b> Palavras de ordem
		<b>C.9</b> Outros
<b>D</b>	Instâncias	<b>D.1</b> Governo
		<b>D.2</b> Assembleia da República
		<b>D.3</b> Agências Noticiosas
		<b>D.4</b> Instâncias Judiciárias
		<b>D.5</b> Instituições
<b>E</b>	Discurso Indirecto	<b>E.1</b> Manifestante
		<b>E.2</b> Fonte Policial
		<b>E.3</b> GNR
		<b>E.4</b> Político
		<b>E.5</b> Membros do Governo
		<b>E.6</b> Perito/comentador/especialista
		<b>E.7</b> Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma
		<b>E.8</b> Sindicatos
		<b>E.9</b> Outros
<b>F</b>	Enquadramento/ Descrição	<b>F.1</b> Data/Hora
		<b>F.2</b> Local
		<b>F.3</b> Nome do evento
		<b>F.4</b> Percurso
		<b>F.5</b> Objectivos
		<b>F.6</b> Justificação/Motivos
		<b>F.7</b> Caracterização
		<b>F.8</b> Nº Manifestantes
<b>G</b>	Sistema Explicativo Espontâneo	<b>G.1</b> Actuação policial
		<b>G.2</b> Manifestantes
		<b>G.3</b> Enquadramento/Descrição do Evento



Grandes eventos de cariz político:  
A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

Anexo 4 – Distribuição das unidades de registo pelas notícias

	A1	A2	A3	B1	B2	B3	B4	B5	B6	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	D1	D2	D3	D4	D5	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	G1	G2	G3
Notícia 1	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	6	2	0	0	0	0	0	0	0	7	5	13	2	2	0	0	13	0	1	0	0
Notícia 2	0	0	15	0	0	2	1	7	0	0	3	0	0	0	0	0	0	2	1		0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	1	2	3	1	0	2	1	2	1	2	1	1
Notícia 3	0	0	2	0	0	0	1	5	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3	5	11	1	2	0	0	5	4	0	1	0	
Notícia 4	0	0	0	0	0	0	4	4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	2	3	3	4	0	0	0	0	1	0	0	0	
Notícia 5	0	0	2	1	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15	2	0	0	0	15	5	0	0	6	
Notícia 6	0	2	6	0	1	1	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1	1	0	0	0	2	2	2	1	1
Notícia 7	5	6	10	1	1	0	0	2	0	4	0	0	0	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	2	1	0	1	7	1	1	0	0	
Notícia 8	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	1	4	1	0	0	0	2	2	0	1	0	
Notícia 9	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	6	1	0	0	0	2	2	0	0	0	
Notícia 10	0	3	29	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	1	2	3	1	0	1	6	0	4	10	1
Notícia 11	4	3	6	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	3	0	0	1	0	4	2	0	1	0
Notícia 12	5	7	11	0	1	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	5	2	1	0	1	8	1	1	0	0	
Notícia 13	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	0	0	0	13	6	6	1	5	2	5
Notícia 14	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	6	0	0	13	6	6	1	5	2	5
Notícia 15	0	0	1	0	2	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	5	2	0	0	1	0	3	0	0	0	0	
Notícia 16	0	0	1	0	2	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	5	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	
Notícia 17	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	2	1	0	0	0	5	0	0	0	0
Notícia 18	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	3	0	6	1	0	0	4	
Notícia 19	1	3	18	1	0	0	0	2	0	5	0	0	0	0	0	0	10	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	15	1	0	0	0	11	4	0	2	4	
Notícia 20	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	
Notícia 21	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1	0	0	0	
Notícia 22	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	1	0	0	0	
Notícia 23	0	0	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	1	0	
Notícia 24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	2	1	0	0	0	3	0	1	0	0
Notícia 25	0	0	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	
Notícia 26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	2	1	0	0	0	3	0	1	0	0
Notícia 27	0	0	1	0	0	0	1	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4	0	0	5	3	0	2	0	0	6	3	0	0	0	

Grandes eventos de cariz político:  
A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

Notícia 28	0	0	1	0	0	0	1	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	5	0	0	5	3	0	2	0	0	6	3	0	0	0
Notícia 29	0	0	3	0	0	0	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	2	0	0	0	
Notícia 30	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	7	2	0	0	0		
Notícia 31	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	0	0	0	3	1	0	0	0	
Notícia 32	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	0	0	0	6	1	0	0	0	
Notícia 33	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	6	3	0	0			
Notícia 34	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	6	3	0	0	1		
Notícia 35	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	2	2	1	0	0	0	1	0	0	0	
Notícia 36	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	2	0	0	0	0	1	1	0	0	
Notícia 37	0	6	24	0	0	0	0	2	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	7	0	0	6	8		
Notícia 38	0	0	0	0	4	0	0	21	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	2	2	1	0	0	0	1	0	1	0	0		
Notícia 39	0	0	1	0	0	0	0	10	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0		
Notícia 40	0	0	1	0	0	0	0	9	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	2	0	0	1	0		
Notícia 41	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	5	1	2	2	0	0	10	0	0	0	0		
Notícia 42	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	9	1	0	0	0	
Notícia 43	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	1	0	0	2	4	2	0	0	0	
Notícia 44	0	0	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	1	0	0	2	4	1	0	0	0	
Notícia 45	0	0	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0		
Notícia 46	0	0	0	0	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0		
Notícia 47	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	2	0	0	0	6	0	1	0	1	
Notícia 48	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	6	0	0	0	0		
Notícia 49	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	6	0	0	0	0		
Notícia 50	0	0	0	0	0	0	1	7	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2	6	0	0	0	0		
Notícia 51	0	0	3	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	0	2	2	5	0	0	2	14	0	0	0	0	
Notícia 52	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	0	2	1	4	0	0	1	17	0	0	0	0	
Notícia 53	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	6	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	4	0	3	1	15	0	0	0	0	
Notícia 54	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	5	0	1	1	1	0	0	1	9	0	0	0	0			
Notícia 55	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	1	23	0	0	0	0			
Notícia 56	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	1	22	0	0	0	0			
Notícia 57	0	2	1	0	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	8	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	3	0	3	0	0	3	13	0	0	0	0	
Notícia 58	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0		
Notícia 59	0	0	3	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	2	0	0	1	23	0	0	0	0		

Grandes eventos de cariz político:  
A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

Notícia 60	0	0	2	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	2	1	3	0	0	8	10	0	0	0	0		
Notícia 61	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	0	1	1	4	0	0	1	24	0	0	0	0		
Notícia 62	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	6	0	0	1	24	0	0	0	0		
Notícia 63	0	0	3	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	1	1	1	5	0	0	1	20	0	0	0	0		
Notícia 64	0	0	1	0	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	8	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	3	0	3	0	0	3	13	0	0	0	0		
Notícia 65	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	3	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1	1	1	0	0	1	11	0	0	0	0			
Notícia 66	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	4	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	1	1	1	6	0	1	1	14	0	0	0	0		
Notícia 67	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1	1	1	5	0	0	1	15	0	0	0	0		
Notícia 68	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	4	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	1	1	6	0	1	1	14	0	0	0	0		
Notícia 69	0	0	0	0	1	0	1	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	5	0	0	0	0			
Notícia 70	0	0	0	0	1	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	5	0	0	0	0			
Notícia 71	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4	1	2	2	7	0	0	1	21	0	0	0	0		
Notícia 72	0	0	0	1	0	2	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	7	0	1	2	0			
Notícia 73	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	2	1	6	0	0	1	17	0	0	0	0		
Notícia 74	0	0	1	1	1	1	3	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	3	1	1	0	0			
Notícia 75	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	1	0	0	2	4	1	0	0	0		
Notícia 76	0	0	4	0	0	0	2	4	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	2	0	0	0	0			
Notícia 77	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	2	2	0	0	0	7	0	0	0	0		
Notícia 78	0	0	4	0	0	0	2	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	2	0	0	0	0			
Notícia 79	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Notícia 80	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Notícia 81	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	1	1	3	0	0	0	5	0	0	0	0
Notícia 82	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	1	3	0	0	0	5	0	0	0	0
Notícia 83	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	3	1	0	0	0	5	0	0	0	0
Notícia 84	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	3	1	0	0	0	5	0	0	0	0
Notícia 85	0	0	0	0	0	0	1	6	2	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	0	0	0	0	2	3	2	0	0	0	8	0	0	0	0
Notícia 86	0	0	8	0	0	0	6	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	3	0	0	0	0	0	2	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	
Notícia 87	0	0	3	0	0	0	1	3	2	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0		
Notícia 88	0	0	4	0	0	0	7	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
Notícia 89	0	0	7	0	0	0	4	11	2	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	
Notícia 90	0	0	3	0	0	0	0	5	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Notícia 91	0	0	1	0	0	0	1	12	2	0	0	0	1	0	6	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	1	0	0	1	0	0	0	0	0		

Grandes eventos de cariz político:  
A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

Notícia 92	0	0	4	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0		
Notícia 93	0	0	2	0	0	0	1	12	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	1	0	0	1	0	0	0	0			
Notícia 94	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0			
Notícia 95	0	0	1	0	0	0	1	9	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	2	2	0	0	0	1	0	0	0	0		
Notícia 96	0	0	1	0	0	0	2	8	3	0	0	0	0	0	9	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	5	0	0	3	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0		
Notícia 97	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Notícia 98	0	0	7	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
Notícia 99	0	0	4	0	0	0	5	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
Notícia 100	0	0	13	0	0	0	7	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	6	0	0	0	0	0	0	1	2	3	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0		
Notícia 101	0	0	10	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
Notícia 102	0	0	10	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
Notícia 103	0	0	0	0	1	0	1	10	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	6	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Notícia 104	0	0	8	0	0	0	1	3	3	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	4	1	2	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
Notícia 105	0	0	0	0	1	0	1	10	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Notícia 106	0	0	0	0	1	0	1	10	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Notícia 107	0	0	8	0	0	0	2	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0		
Notícia 108	0	0	8	0	0	0	2	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0		
Notícia 109	0	0	14	0	0	0	2	0	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0		
Notícia 110	0	0	16	0	0	0	2	3	6	4	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	5	0	0	0	0	0	3	1	3	4	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
Notícia 111	0	0	3	0	0	0	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0		
Notícia 112	0	0	16	0	0	0	2	2	6	4	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	5	0	0	0	0	0	3	2	3	4	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
Notícia 113	0	0	3	0	0	0	1	0	9	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0		
Notícia 114	0	0	3	0	0	0	1	0	10	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0		
Total u.r	15	32	338	11	30	10	105	318	138	38	46	12	22	0	51	98	36	22	22	14	0	38	16	23	91	18	24	35	0	45	60	53	173	236	193	16	38	60	675	56	32	32	39

Grandes eventos de cariz político:  
A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial

---

ANEXO 5 – Distribuição unidades de registo pelas categorias.

<b>Pré-categoria/Categoria</b>	<b>Soma de u.r.</b>
A – Manifestantes	385
B – PSP	612
C – Discurso Directo	325
D – Instâncias	90
E – Discurso Indirecto	349
F- Enquadramento/Descrição	1447
G – Sistema Explicativo Espontâneo	103
Soma de u.r.	<b>3311</b>